

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO**

FRANCISCO OTAVIANO CICHERO KURY

**O TRABALHO ANTE A DESAFIADORA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL
(Os Fogos de Santelmo)**

CAXIAS DO SUL

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FRANCISCO OTAVIANO CICHERO KURY

**O TRABALHO ANTE A DESAFIADORA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL
(Os Fogos de Santelmo)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação *stricto sensu* em Direito, visando à obtenção do título de Mestre em Direito.
Área de concentração: Direito Ambiental e Relações de Trabalho.
Linha de Pesquisa: Constituição e Relações de Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Chiarelli

Caxias do Sul

2007

Aos meus pais, Marino (*in memmoriám*) e Marlene, pela bravura e pelo incentivo;
ao Francisco, meu irmão, por sua amizade incondicional;
à Sandra, pelo amor;
ao Otávio Miguel, à Marina e à Graciella, meus amados filhos.

Agradecimentos

Agradeço às pessoas que colaboraram efetivamente para a realização deste projeto, especialmente meu orientador, Prof. Dr. Carlos Alberto Chiarelli, e demais professores. Agradeço aos colegas pelo incentivo e apoio nos momentos difíceis e de perda pelos quais passei.

Com efeito, assim como os olhos dos morcegos reagem diante da luz do dia, assim também a inteligência que está em nossa alma se comporta diante das coisas que, por sua natureza, são as mais evidentes.

(Aristóteles – Metafísica – Livro Segundo 1-10)

RESUMO

O trabalho humano nem sempre foi considerado tarefa dignificante. Na Grécia e em Roma, na Antiguidade, as tarefas braçais eram desempenhadas por escravos, cabendo à classe abastada dedicar-se à filosofia ou a atividades ligadas às guerras. No período feudal, a escravidão foi substituída pela servidão; porém, isso não representou uma melhora de vida para os novos subjugados. Com o desmantelamento do feudalismo e do absolutismo, surgia, na sociedade agrária inglesa, o capitalismo que, mais tarde, seria utilizado pela Revolução Industrial. O trabalho passou, dessa forma, por uma revalorização conceitual, significando o centro da identidade humana na sociedade. Surgia a figura do emprego e do desemprego. A vida passou a ser sincronizada pelo relógio da fábrica, através de uma sistemática na automação denominada *taylorismo* e *fordismo*, o que propiciou um incremento na produção industrial e gerou um aumento expressivo nos lucros. O sistema capitalista começou a dar sinais de desgaste, e o desemprego passou a ser estrutural e tecnológico. Surge o *toyotismo*, trazendo a flexibilização e a desregulamentação das relações de trabalho. O desemprego passou a ter contornos epidêmicos, o que foi agravado pela evolução tecnológica e pelo surgimento da globalização. A crise do capitalismo foi revelada pelas contradições sociais, sendo que a riqueza de poucos era sustentada pela pobreza de muitos. Além disso, os danos ao meio ambiente colocaram em risco a vida no planeta Terra. A sociedade pós-industrial, também chamada “Era do Conhecimento”, vive período de transição e aposta alternativas: o terceiro setor pesquisa novas formas de produção de energia, simultaneidade do trabalho e tempo livre, o ressurgimento do socialismo, a modificação de padrões éticos. Na tarefa de reconstrução do futuro, deve-se levar em consideração que a busca do conhecimento científico-tecnológico deve agir em prol da humanidade, deixando de ser instrumento de aumento de riqueza capitalista. Assim, na busca de sinalizadores que indiquem a rota a ser tomada, utilizando-se a metáfora dos fogos de santelmo, entende-se que a solução está na modificação dos princípios éticos. Edgar Morin chama isso de *antropo-ética*; Sócrates e Platão afirmam isso através do verdadeiro conhecimento, da felicidade e do idealismo; Aristóteles indica a justiça como a maior virtude; Cícero nos mostra a ética estoíca através do respeito a si próprio, ao universo e às leis cósmicas; a doutrina cristã prega esses princípios por intermédio do amor, da caridade e da justiça; Kant nos ensina o imperativo categórico; Gandhi ensina a não-violência.

Palavras-chave: Trabalho. Escravidão. Revalorização conceitual. Emprego e desemprego. Capitalismo. Ciência e tecnologia. Civilização e barbárie. Sociedade pós-industrial. Fogos de santelmo. Ética. *Antropo-ética*.

ABSTRACT

The human labour wasn't always considered as worthy task. In Greece and Rome, in the Antiquity, the manual tasks were done by slaves, fitting to the supplied class the dedication on philosophy or activities related to wars. In the feudal period, the slavery was replaced by the servitude, but it did not represent an improvement of life for the new overwhelmed. With the dismantle of the feudalism and the absolutism, it began, in the English field society, the capitalism that, later, would be used by the Industrial Revolution. The labour passed, this way, through a conceptual revaluating, meaning the center of the human being identity in the society. The employment and unemployment was born. Life started to be synchronized with the worktime by an automation system called *taylorism* and *fordism*, which created an increment on the industrial production and an expressive increase in the profits. The capitalist system started to give wear out signals, and the unemployment started to be structural and technological. The *toyotism* appears, bringing the flexibilization and the deregulation of the work relations. The unemployment started to have epidemic contours, what got worse with the technological evolution and the sprouting of the globalization. The crisis of the capitalism was disclosed through the social contradictions, such as the wealth of few was supported by the poverty of many, moreover, damages to the environment put the life on earth at risk. The postindustrial society, also called "Age of the Knowledge", lives a period of transition and bets in alternatives: the third sector, research in new forms of energy production, concurrence of work and free time, the reappearance of the socialism, the changes of ethical standards. As task of reconstruction of the future it must be led in consideration that the search of the technological-scientific knowledge must act in favour of humanity, and stop being instrument of increase of capitalist wealth. Therefore, in search of "beepers" that indicate the route to be taken, and using the metaphor of St. Elmo's Fire), it's understandable that the solution is in the modification of the ethical principles: Edgar Morin calls it antropo-ethics; Sócrates and Platão affirm this through the true knowledge, the happiness and the idealism; Aristóteles indicates justice as the biggest virtue; Cícero shows us the stoic ethics through the self-respect, to the universe and its cosmic laws; the Christian doctrine fold these principles through love, charity and justice; Kant teaches the categorical imperative; Gandhi teaches the not-violence.

Key words: Work. Slavery. Conceptual revaluating. Employment and unemployment. Capitalism. Science and Technology. Civilization and barbarism. Postindustrial society. St. Elmo's Fire). Ethics. Antropo-ethics.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 ASPECTOS HISTÓRICOS E EVOLUTIVOS DO TRABALHO..... | 12 |
| 2.1 O conceito de trabalho na Antiguidade clássica..... | 13 |
| 2.2 O trabalho na Idade Média. Corporações de Ofício. A transição para o Absolutismo | 17 |
| 2.3 Os primórdios do capitalismo..... | 21 |
| 2.4 As Revoluções Industriais..... | 24 |
| 2.5 O Direito do Trabalho..... | 27 |
| 3 O ESGOTAMENTO DE UM SISTEMA..... | 31 |
| 3.1 Lester C. Thurow e as placas tectônicas do capitalismo..... | 31 |
| 3.2 A divisão do trabalho e sua desumanização | 37 |
| 3.3 A extinção gradativa do emprego. O desemprego estrutural. O pleno emprego como “categoria-zumbi” | 39 |
| 3.4 A quebra de uma equação básica | 43 |
| 3.5 A (in)segurança social..... | 46 |
| 3.6 O anacronismo jurídico..... | 49 |
| 3.7 A degradação ambiental..... | 51 |
| 4 PERFIS DO AMANHÃ..... | 54 |
| 4.1 Rótulos sociais..... | 54 |
| 4.2 O ócio e a criatividade..... | 56 |
| 4.3 O pensamento complexo..... | 56 |
| 4.4 Repouso eterno à classe trabalhadora..... | 60 |
| 4.5 “Barbárie, se tivermos sorte” | 63 |
| 4.6 Outros perfis..... | 66 |
| 5 REPENSANDO O FUTURO | 68 |
| 5.1 O mito da neutralidade na busca do conhecimento..... | 68 |
| 5.2 A civilização e a barbárie..... | 73 |
| 5.3 A globalização e a identidade planetária..... | 78 |
| 5.4 Os Fogos de Santelmo..... | 83 |
| CONCLUSÃO | 89 |
| REFERÊNCIAS | 93 |

1 INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica produz vários efeitos colaterais, sendo que um deles, inegavelmente, é a transformação das relações de trabalho gerada a partir dos primeiros vapores da Revolução Industrial. Ocorre, porém, que atualmente a força de trabalho humana teve sua importância reduzida para a produção de riquezas, o que determinou um desemprego estrutural sem precedentes. Trata-se de um período histórico de transição, no qual a sociedade até já poderia ser rotulada de pós-industrial, não vislumbrando, no entanto, sinalizadores de uma nova e segura forma de relacionamento entre o capital e o trabalho. Esse é o problema de pesquisa a ser enfrentado, ou seja, a partir da análise do conceito e da evolução histórica, sempre influenciado pelas descobertas científicas e pela ambição humana por riqueza e poder, pode-se dizer que o trabalho, em que se inclui a espécie emprego, está atualmente com seus dias contados, ou poderá, ainda, evoluir para outra modalidade que se está a esboçar mas ainda não percebida?

A presente dissertação tem enfoque multidisciplinar e, por tal razão, está direcionada não somente a operadores do direito, em especial do Direito do Trabalho, mas a todos os que têm consciência da gravidade do momento. É imprescindível que se veja esse fenômeno de uma maneira global, ou seja, que se entenda essa metamorfose da sociedade laboral, na qual o aumento do desemprego é inevitável e de progressão geométrica, dentro do contexto econômico mundial. É importante ressaltar que a pesquisa enfatizará a abordagem histórica, ética, ambiental e filosófica das relações de trabalho, em conformidade ao programa estabelecido pela Instituição.

As transformações referidas têm íntima relação com a sobrevivência física da civilização pós-industrial, refletindo, ainda, sobre sua identidade. Como refere Morin, o homem acostumou-se a ser reconhecido e a diferenciar-se dos demais seres através de sua linguagem, do conhecimento e da engenhosidade; todavia, não consegue explicar (e conviver com) a idéia de sua extinção. É inegável que o modelo industrial gerou graves problemas e potencializou os já existentes, tais como os danos ambientais; o alastramento da miséria e da pobreza, a níveis nunca antes vistos; a progressiva desnecessidade da força humana para a produção de riquezas; o acúmulo de poder e de riquezas nas mãos de entidades privadas transnacionais e

o aumento da criminalidade. O quadro atinge até mesmo a classe mais beneficiada com o sistema, a partir de sua dificuldade em vender os produtos que produz a um consumidor com reduzidíssimo poder aquisitivo, bem como a limitação ao desfrute de seus lucros face à violência e marginalização crescentes.

Tem-se o objetivo de apontar alguns caminhos que possam contribuir para a reflexão e indicação de alternativas ao problema, tendo como destaque o enfoque ético das questões suscitadas. O avanço científico e o desenvolvimento tecnológico causaram a dispensabilidade do ser humano para a realização de inúmeras tarefas, nas quais, questões que antes eram restritas à ficção científica, tornaram-se reais. Sabe-se que o aperfeiçoamento da inteligência artificial, similar a do homem, inclusive com seus erros e falhas, é questão de tempo, fato que aumentará ainda mais sua dispensabilidade.

A relevância do tema reside na própria natureza do problema a ser investigado. Vive-se em período de transição, no qual a sociedade industrial apresenta sinais de radical transformação, existindo até mesmo sintomas de sua extinção. Tais modificações afetarão a todos, a começar pelo fenômeno da sincronização, imposto pela estandardização produtiva. Explica-se. Com o início do período industrial, foi constatado que a produção em série é mais rápida, tem custo e desperdício menores, como referido por Toffler (“Terceira Onda”), resultado dos métodos, produtos e preços estandardizados, inculcando nas mentes humanas a necessidade do consumo e do gosto padronizado. Além disso, para que a fábrica funcionasse adequadamente, com a presença dos operários no mesmo horário, haja vista o sistema de linha de montagem, que criou a jornada de trabalho, foi necessária a sincronização da cidade, da sociedade e da vida das pessoas: comércio, colégios, lazer, refeições, compras. Todavia, a vertiginosa evolução tecnológica revelou um lado paradoxal e perverso: aguçou drasticamente o desemprego estrutural, aumentou incrivelmente a produtividade e reduziu o poder de compra da maior parte dos consumidores. Trata-se efetivamente de um declínio da força de trabalho global, e, em algumas sociedades de primeiro mundo, já se pode imaginar um mundo sem trabalhadores.

O cenário atual é efetivamente desolador: o pleno emprego nunca existiu; a flexibilização pulverizou a ilusória solidez dos direitos trabalhistas; a explosão demográfica mundial está a aproximar-se de uma superlotação carcerária, a ânsia pelo crescimento econômico é inversamente proporcional à preservação do meio

ambiente. Com a sociedade industrial foram abandonadas atividades com real valor intrínseco, em prol da supremacia do trabalho – dividido, fragmentado e desumanizador –, e, o que é pior, perdeu-se – se é que algum dia existiu – a identidade do indivíduo com sua própria espécie. Isso causa um sentimento descrito com precisão por Morin, ou seja, “estamos na itinerância, não marchamos por um caminho demarcado, não somos mais teleguiados pela lei do progresso, não temos nem messias nem salvação, caminhamos na noite e na neblina”.

Todo momento de transição contém uma dose de angústia, originada pela incerteza e insegurança. Não seria diferente com a sociedade laboral. Espera-se que os odores e as chamas de um fogo-fátuo sejam substituídos pelos fogos-de-santelmo, pois há a necessidade de uma direção, de um norte e, principalmente, de decisões. Trata-se de momento que pode anteceder um colapso total ou a inauguração de numa nova ordem social e econômica. Resta a expectativa de que se saiba, como sintetizado por Thurow, quem será condenado à extinção, a exemplo dos dinossauros, “que eram muito bons no velho jogo”, e quem será um mamífero e assumirá o controle do sistema.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E EVOLUTIVOS DO TRABALHO

O principal objetivo deste estudo é o entendimento da realidade pós-industrial,¹ enfrentada por todos na atualidade, para que se possa detectar tendências e alternativas futuras ao trabalho. Dessa forma, para que esse escopo seja atingido, é imprescindível a abordagem de aspectos históricos e evolutivos já vividos pela humanidade e que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que se chegasse aonde estamos. Inicialmente, é necessário refletir-se sobre o significado e sobre a importância do trabalho na vida do homem, tanto no aspecto individual quanto no coletivo.

É aceitável a afirmativa de que o homem, desde que se deu conta de sua própria existência, passou a depender do trabalho – próprio ou de terceiros – para sua sobrevivência. É crível que, desde então, o trabalho passou a desfrutar de um conceito cuja qualificação irá variar de acordo com o contexto histórico vivido. É válida, também, a afirmativa de que a evolução do conhecimento humano sempre gerou mudanças radicais na morfologia do trabalho. Mas por que, então, após toda essa caminhada evolutiva, quando se pode, agora, desfrutar um avanço científico sem precedentes, uma grande parte da população vive em condições indignas?

Para entendimento do presente, é que o conhecimento histórico adquire importância, até mesmo para correções de rotas futuras. Por conseguinte, entende-se que é necessária uma visualização do trabalho na Antiguidade clássica, especialmente na Civilização Helênica, na Idade Média, quando as corporações de ofício assumem grande significado, além das Revoluções Industriais que criaram o emprego e o desemprego.

¹ A expressão “pós-industrial”, neste trabalho, não tem o significado da sociedade criada depois e como resultado da Revolução Industrial do século XVIII, mas é utilizada em relação à sociedade que está sucedendo a industrial, ou seja, exatamente o contexto que vivemos: avanço tecnológico, desemprego estrutural, automação, robótica, imperialismo econômico, globalismo, desesperança, aumento da miséria humana, “Choque de Civilizações”, individualismo contemporâneo, “A Era do Vazio” e degradação ambiental.

2.1 O conceito de trabalho na Antiguidade clássica

A idéia e o conceito de trabalho humano quase sempre estiveram associados à fadiga, ao sofrimento e à dor,² tanto que sua origem etimológica advém do termo latino *tripalium*, “que era uma espécie de instrumento de tortura ou uma canga que pesava sobre os animais”.³ Nota-se, ainda, uma distinção qualitativa e valorativa entre o trabalho manual (aquele puro e simples, desprovido de criatividade) e intelectual, com superioridade deste em relação àquele, o que persiste até a atualidade.⁴

Tal era a situação, segundo alguns autores, existente na Antiguidade clássica, que gregos e romanos tratavam o trabalho (manual) como atividade indigna, negativa e vexatória, destinada unicamente a escravos e prisioneiros de guerra.⁵ Essa era a estrutura socioeconômica da época, pois aquelas atividades manuais indispensáveis eram realizadas por escravos, cabendo ao homem livre apenas a atividade intelectual e contemplativa.⁶ Nesse contexto, pode-se dizer que a força motriz das atividades econômicas da época era o braço humano escravo e a força da tração animal.

A mitologia grega comprova essa negatividade, eis que apresenta seus deuses de forma sublime, também com defeitos (traidores, adúlteros, invejosos,

² BATTAGLIA, Felice. *Filosofia do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 1958. p. 25: “Trabalho é toda atividade do homem, seja criando em si a sua vida, seja projetando-se no mundo exterior. Livre exaltação do eu profundo, explicação para o não-eu, sempre trabalho, tormento e destinação do homem, fadiga e alegria.”

³ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 33.

⁴ RIFKIN; Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2004. p. 175: “Os trabalhadores do conhecimento são um grupo distinto, unido pelo uso da tecnologia da informação de última geração para identificar, intermediar e solucionar problemas. São criadores, manipuladores e abastecedores do fluxo de informação que constrói a economia global pós-industrial e pós-serviço”... “A importância da classe do conhecimento para o processo produtivo continua a crescer, enquanto o papel dos dois grupos tradicionais da era industrial – operários e investidores – continua a diminuir em importância.”

⁵ CHIARELLI, Carlos Alberto. *O trabalho e o sindicato: evolução e desafios*. São Paulo: LTr., 2005, p. 29: “Aristóteles asseverava, na Política, que “os homens incapazes de governar a si próprios devem ser objeto de domínio; alguns homens nasceram livres e outros, escravos”. Era uma clara concordância com uma justificção de escravagismo, fazendo com que, mesmo ele, simplesmente reproduzisse a impressão que o momento histórico lhe causava.”

⁶ GIORDANI, Mário Curtis. *História da Grécia: Antiguidade clássica I*. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 184: “A antinomia *livres e escravos* caracteriza as sociedade de todas as civilizações da Antiguidade, inclusive da civilização helênica... É que a estrutura econômico-social gerada por uma mentalidade que, em última análise, admitia o princípio da supremacia do mais forte sobre o mais fraco, não reconhecendo ao ser humano como tal direitos fundamentais inalienáveis, incluía a escravidão entre seus quadros, como condição indispensável para a própria subsistência.”

etc.), mas sempre imunes ao trabalho.⁷ A exceção, apontada por Battaglia, é Hefesto⁸ (Vulcano para os romanos), que, após ser expulso do Olimpo por tentar contemporizar uma briga entre seus pais, Hera e Zeus (Júpiter e Juno para os romanos), tombou na ilha de Lemnos ficando coxo e caolho (era o único deus imperfeito fisicamente), tendo sido acolhido por Mereida Tétis, que se tornou sua mãe de criação. Assim, após um período de aprendizado, Hefesto tornou-se exímio ferreiro e artesão, cujos trabalhos eram admirados por todos e comparados a verdadeiras obras de arte, o que lhe conferiu o título de deus do fogo, da metalurgia e das fornalhas. Instalou suas forjas no interior dos vulcões, tendo fabricado os raios de Zeus, o tridente de Poseidon, a couraça de Hércules, as flechas de Apolo e as armas de Aquiles.

Por outro lado, como contraponto à idéia de que o trabalho seria uma atividade vil, existe a interpretação, principalmente no que se refere à civilização helênica, de que é uma virtude. É Battaglia que, na mesma obra, invoca o testemunho de Hesíodo, para o qual existe outra esfera além das guerras e das conquistas, que estaria fulcrada na justiça e no trabalho, sem, no entanto, lhe retirar o caráter da pena e extenuação física:

Reprovado o ócio e a mendicidade, Hesíodo nos dá um conselho: trabalhar. O trabalho agrada aos deuses, cria recursos e consideração, nos torna independentes e gloriosos. Por isso as riquezas, outro meio novo, que é preciso levar em conta, são apreciadas enquanto valem. A alma, ao desejar riquezas, nos impulsiona, por isso, ao trabalho. Parece que o trabalho é fim em si mesmo, e certamente o é, pois no pensamento do poeta representa um bem em si, enquanto serve para alijar a destruidora violência dos corações humanos, mas isso não exclui que se obtenha também, mediatamente, em vista de seus resultados, as riquezas.⁹

O sofista Pródico, que teve Sócrates como um de seus discípulos, também afirmou a virtude do trabalho no sentido de conferir dignidade à vida, pensamento

⁷ BATTAGLIA, op. cit., p.30: “Xenofonte diz que o trabalho é a retribuição da dor mediante a qual os deuses nos vendem os bens.”

⁸ GIORDANI, op. cit., p. 480: “Os artistas representavam Hefestos barbado, com o cabelo descuidado, meio coberto por uma roupa que chega um pouco acima do joelho. Usa um gorro redondo e pontudo e segura na mão direita um martelo e na esquerda as tenazes. Segundo os poetas, a morada habitual de Hefestos situava-se em uma das ilhas Eólias coberta de rochedos cujo cimo vomita turbilhões de fumo e chama.”

⁹ BATTAGLIA, op. cit., p. 32.

que se pode encontrar na “Escolha de Heracles” (Hércules), reproduzida por Xenofonte nos *Memoráveis* de Sócrates.

Como então explicar duas correntes de pensamento tão distintas sobre o trabalho no mundo helênico, quando a primeira o repudia por ser atividade indigna e destinada aos escravos, e a segunda lhe confere virtude e excelência? É o próprio Battaglia que responde à indagação, lembrando que as teorias pertencem a “duas concepções de vida” antagônicas: a primeira, representada pela aristocracia guerreira dórica, que afirma ser trabalho manual tarefa indigna ao homem livre, cuja religião é estética, contemplativa e olímpica (Platão, Aristóteles, etc.); e a segunda, constituída pela plebe e pelos grupos subjugados, enaltece o trabalho, e acredita numa religião de mistérios e de compensações pela fadiga sofrida em razão da sua prática. Prova disso é, e.g, a situação de Hesíodo, um camponês que estava familiarizado com as agruras e dificuldades das lides agrícolas, sendo que, em suas principais obras, *Teogonia* e *Os trabalhos e os dias*, observa-se o reflexo dos conflitos entre a plebe contra nobres latifundiários e a burguesia comerciante do próprio mundo dos deuses.¹⁰ Disso, entende-se o porquê de o poeta ter aconselhado o trabalho, haja vista estar ciente da injustiça social da época e de sua própria condição social.

Evidentemente, a organização socioeconômica grega só poderia existir com a escravidão, pois se o homem livre deveria dedicar-se à reflexão, só possível através do ócio laboral, quem iria desempenhar as atividades práticas e indispensáveis à subsistência?¹¹ Todavia, não se deve esquecer que se o pensamento, através da filosofia, desempenhava um papel central e sublime na Grécia antiga, sendo essa a essência do homem livre, não se pode afirmar que todos os homens (gregos) tenham tais atributos ou desejam atingi-los. Porém, não se pode negar que alguns escravos tinham a virtude da reflexão. Sob esse aspecto, a liberdade residiria na capacidade de pensar e refletir.

¹⁰ BARDY apud GIORDANI, Mário C. *História da Grécia: antiguidade clássica I*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 476.

¹¹ ARISTÓTELES. *A Política*. Lisboa: Vega, 1998. p. 59: “Assim também, a coisa possuída é um instrumento para viver e a propriedade consiste num conjunto de instrumentos; o escravo é uma espécie de propriedade viva e todo o ajudante é como que o primeiro de todos os instrumentos. Se cada instrumento pudesse desempenhar sua função a nosso mando, ou como que antecipando-se ao que se lhe vai pedir – tal como se afirma das estátuas de Dédalo ou dos tripés de Hefesto acerca dos quais o poeta diz ‘movendo-se por si mesmas entram na assembléia dos deuses’, e se, do mesmo modo os teares tecessem sozinhos, e se as palhetas tocassem sozinhas a cítara, então os mestres não teriam necessidade de ajudantes nem os senhores de escravos.”

É importante registrar, ainda, a existência de um pensamento, no período helênico, que já defendia a igualdade entre gregos e bárbaros, a exemplo de Antifonte (sofista) que afirmou:¹² “Todos nós somos em tudo de idêntica origem. Todos nós respiramos o ar pela boca e pelas narinas. Por ser escravo não se é menos homem que tu, meu senhor. Somos feitos da mesma carne. Ninguém é escravo por natureza; é o destino que sujeita o corpo”.¹³ Alcidas, discípulo de Górgias afirmou que “Deus criou todos os homens livres, a natureza não fez nenhum escravo”. Eurípedes (Íon) afirmou que a diferença entre o homem livre e o escravo reside apenas no nome: “Muitos escravos, embora tenham um nome que os desonra, possuem uma alma mais livre que a dos homens livres”.

É inevitável falar-se sobre o conceito de trabalho na Antiguidade clássica sem que se faça uma reflexão sobre a escravidão, haja vista que os trabalhos braçais estavam destinados a essa classe. Porém, cabe questionar, face à existência da idéia incipiente de igualdade, se haveria a possibilidade de que os homens livres efetuassem as tarefas destinadas aos escravos e, por conseqüência, reconhecessem alguma espécie de positividade nas atividades laborativas. Na realidade, o que se pode admitir como válido é que a evolução histórica não apresenta marcos estanques, delimitados, precisos, mas acontece dentro de um contexto complexo de acontecimentos. Isso pode ser exemplificado através do Império Romano, que foi composto por três períodos – Realeza, República e Império – e por uma estrutura social peculiar a cada um deles, sendo que as modificações estruturais ocorreram, principalmente, em função de motivos políticos e econômicos.

É importante registrar que, na Roma imperial, o comércio e a indústria alcançaram um desenvolvimento expressivo, pois para lá afluíam riquezas de todas as nações e também escravos de todas as raças. Em razão disso, apesar da importação (que predominava sobre as exportações) de vários produtos – seda da China, especiarias da Arábia, ébano da Índia –, desenvolveu-se em Roma uma produção destinada a suprir necessidades locais, tais como a dos armadores, padeiros, “salsicheiros”, produtores e transportadores de cal, entre outras.¹⁴ Tais

¹² GLOTZ, La Cité, p. 304 apud GIORDANI, Mário C. *História da Grécia*. Antiguidade Clássica I. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 184-185.

¹³ Apud GIORDANI, op. cit., p. 184.

¹⁴ Rostovtzeff, *História*, p. 156. (Apud GIORDANI, Mário Curtis. *História de Roma*. Antiguidade Clássica II. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 130). “O fluxo de capitais para a Itália explica também a expansão da indústria nos séculos II e I a.C. Certos tipos de manufatura haviam florescido desde as épocas iniciais”. A Etrúria sempre exportara grandes artigos de bronze. Já no século IV a.C. a cerâmica do Sul da Itália substituíra os vasos exportados da Ática. Tais indústrias

ofícios eram desempenhados por duas classes da população: os escravos e os artesãos livres.

Assim, pode-se admitir que o conceito de trabalho na Antiguidade clássica passou por uma modificação gradativa ocasionada por alterações sociais, econômicas, políticas e culturais, pois as atividades braçais que eram indignas passaram a ser valorizadas, até mesmo em função da idéia embrionária de humanismo, igualdade e liberdade. Nesse enfoque, é importante ressaltar o papel do Cristianismo, cujas idéias de igualdade e fraternidade contribuíram para a condenação de preceitos escravagistas, bem como revalorizaram o conceito de trabalho.

2.2 O trabalho na Idade Média. Corporações de Ofício. A transição para o Absolutismo

Após o desmantelamento do Império Romano, a humanidade passou a vivenciar o feudalismo, que se constituiu num sistema orgânico de economia, sociedade e política, caracterizado por um fracionamento de soberanias e, como afirma Anderson, por uma cadeia hierárquica de posse condiciona.¹⁵ Tratou-se de um período onde a economia não era controlada pela aristocracia, e o poder do estado era fragmentado entre os senhores feudais, que se apropriavam do trabalho excedente dos camponeses pela instituição de tributos feudais.

A escravidão existente na Antiguidade greco-romana foi substituída pela servidão.¹⁶ Tal modificação, apesar de inspirada nos ideais cristãos, não significou,

desenvolveram-se muito. Cápua tornou-se um dos principais centros produtores de vasilhas de cobre e de bronze. Cápua, a princípio, e em seguida também Arécio, fornecia ao Ocidente toda a louça de barro. No século I a.C. uma grande fábrica de lamparinas de barro instalou-se no Norte da Itália. Os excelentes velos da Apúlia tornaram-se conhecidos em todo o mundo, enquanto os rebanhos do Norte italiano proporcionavam uma excelente lã para fins mais rudes.

¹⁵ Apud WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: J. Zahar 2001. p. 44.

¹⁶ VIANNA, Segadas; MARANHÃO, Délio; SÜSSEKIND, Arnaldo; TEIXEIRA, Lima. *Instituições de Direito do Trabalho*. 19. ed. São Paulo: LTr., 2000. p. 29. (Apud CHIARELLI, op. cit., p. 47. v. 1.) “A servidão foi um tipo muito generalizado de trabalho em que o indivíduo, sem ter a condição jurídica de escravo, na realidade não dispunha de sua liberdade. Foi uma situação marcante da inexistência de governos fortes centralizados, de sistemas legais organizados ou de qualquer comércio intenso, assim como de circulação monetária. A servidão pode ser apontada como uma das características das sociedades feudais, e os juristas medievais, como Azo e Bracton, justificavam-na com a classificação romana, que identificava os escravos aos não livres, dizendo que os homens eram *aut liberi aut servi*. Sua base legal estava na posse da terra pelos senhores, que se tornavam os possuidores de todos os direitos, numa economia que se firmava na terra – agricultura ou pecuária...”

todavia, uma melhora nas condições de vida dos novos subjugados. A base econômica do feudalismo, denominada sistema senhorial, que teve origem no Baixo Império Romano, quando os camponeses dependiam dos grandes proprietários para sua proteção, mantinha os servos presos à terra, sendo que estes sustentavam o modo de vida dos senhores e dos padres. A submissão dos servos permanecia em razão da proteção que os senhores lhes ofereciam. O professor Perry sintetizou a estrutura feudal ao afirmar:

O senhorialismo e o feudalismo pressupunham uma ordem social hierárquica, orgânica e estável: o clero que rezava, os senhores que lutavam e os camponeses que trabalhavam. Acreditava-se que a sociedade funcionava bem quando todos aceitavam sua condição e desempenhavam o papel que lhes era atribuído. Em consequência, os direitos e deveres das pessoas, e sua relação com a lei, dependiam de sua posição na ordem social. Modificar tal posição seria perturbar a unidade orgânica da sociedade. E ninguém, nem mesmo os servos, devia ser privado dos direitos tradicionais associados à sua condição. Essa organização era justificada pelo clero: “O próprio Deus quis que entre os homens alguns fossem senhores e outros servos.” (Tomás de Aquino. Suma Teológica. Parte 1, pergunta 2, artigo 3).¹⁷

Deve ser feito um registro sobre os ideais cristãos primitivos, no sentido de que, se por um lado combateram a escravidão, por outro indicaram uma postura de rejeição ao trabalho. A afirmativa se justifica na própria doutrina cristã, haja vista que condenava o materialismo e os bens terrenos, pregando o ser e os bens espirituais além da união de todos os povos. Várias passagens dos Evangelhos contêm essas idéias: “*Então Jesus falou aos seus discípulos: “Por isso eu lhes digo: não fiquem preocupados com a vida, com o que comer; nem com o corpo, com o que vestir. Pois a vida vale mais do que a comida, e o corpo mais do que a roupa [...] Portanto, busquem o Reino dele, e Deus dará a vocês essas coisas em acréscimo”* (Lc12-22,23,31). Pode-se constatar, pois, completo repúdio às riquezas materiais com vistas a que se possa alcançar o reino dos céus. Isso leva Battaglia, citando Tilgher, a afirmar que o trabalho “é indiferente eticamente para Cristo; antes pode-se chegar a ser eticamente negativo se, dando-se às coisas da terra, unindo o homem à

¹⁷ PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1999. p. 163.

materialidade, lhe obsta a libertação”.¹⁸ Mas, pode-se argumentar que essa interpretação é literal, devendo-se utilizar critérios mais extensivos e sistemáticos, tal como fez Paulo de Tarso, a quem foi atribuído o mérito de difundir a palavra de Cristo ao mundo inteiro. São Paulo dignificou o trabalho e a independência, como forma de evitar os males do ócio e, principalmente, para que o homem pudesse produzir seu próprio alimento, não se tornando fardo para ninguém. Além disso, sendo o amor e a caridade os pilares-mestres do Cristianismo, o trabalho desempenharia um papel fundamental na viabilização desses dois preceitos, principalmente em relação aos irmãos menos afortunados. Atente-se, porém, que para São Paulo o trabalho jamais seria um fim a ser atingido, mas tão-somente um meio para concretizar os mandamentos de Jesus Cristo.

Apesar de as condições humanas melhorarem muito pouco, pode-se dizer que o sistema de governo feudal proporcionou certa ordem e segurança durante um período de incertezas e de transição, cuja sociedade passou a ser composta por vassalos, colonos e servos da gleba. O feudalismo, porém, passou a demonstrar enfraquecimento, quando houve a substituição dos tributos feudais por uma renda monetária, o que propiciou o crescimento da economia mercantil e a redução da opressão política e econômica sobre o campesinato. O resultado disso foi o deslocamento da coerção jurídico-política para uma cúpula centralizada e militarizada (Estado Absolutista), em que os senhores feudais reforçaram sua dominação sobre o campesinato, concentrando seus antigos poderes coercitivos, dando origem à nova espécie de monarquia centralizada. Note-se que, com o feudalismo, a política e a economia eram atreladas, sendo que com o Estado absolutista esta última adquiriu certa autonomia.

No período feudal, deve ser destacada a existência de classe situada entre o escravo, o servo e os senhores, que se dedicava a trabalhos de transformação de matérias-primas e ao comércio; era dotada de relativa autonomia ante a classe dominante. Tal situação gerou, mais tarde, as primeiras organizações corporativas que, em razão do êxodo dos campos, determinado pela recusa de sujeição ao poder dos nobres, transformaram-se nas corporações de ofício, cujo auge ocorreu no século XIII. Tratou-se de forma primária de associativismo, deflagrado por aspectos religiosos e profissionais; caracterizado por regime econômico fechado e rígido; estruturado internamente nas seguintes classes: *mestres*, que eram donos de uma

¹⁸ BATTAGLIA, op. cit., p. 67.

mestria (oficina – órgão principal da corporação) e detinham título para exercer seu ofício; *companheiros*, que eram os aspirantes a mestre, permanecendo nesse estágio por até 10 anos, e os *aprendizes* (filho laboral), que eram totalmente submissos aos mestres e objetivavam a transformação para *companheiros*. Foi instituído, ainda, um conselho corporativo composto pelos seguintes cargos: *reitor*, cujas atribuições eram ligadas à formação profissional; *prior*, que coordenava as práticas religiosas, e *cônsul*, que era responsável pela gestão e coordenação das ações políticas. O método para preenchimento de eventual vaga na mestria, conforme Chiarelli¹⁹ – *exames de suficiência* – costumava ser rígido e equivalia a verdadeiro *concurso seletivo*, tendo como requisito básico o mérito e a competência do candidato naquele mister.

A principal crítica feita às Corporações de Ofício se refere à própria rigidez do sistema, que tornava muito difícil a ascensão de um estágio para outro. Além disso, diz Vianna, “o sistema não passava, entretanto, de uma forma mais branda de escravização do trabalhador, e muitas vezes surgiram dissensões dentro de uma corporação ou entre corporações que lutavam pela garantia de privilégios”.²⁰ Martins, por sua vez, constata que o objetivo real eram os interesses da própria corporação e não a proteção dos trabalhadores.²¹

Ainda que a crítica seja adequada, não se pode deixar de constatar certo avanço conceitual do trabalho em relação ao período histórico anterior, o que também se verificou, de forma tímida, nas condições sociais dos trabalhadores. A necessidade fez com que as pessoas se unissem em razão da identificação das atividades profissionais, ainda que a iniciativa fosse das mestrias. Efetivamente, as corporações poderiam ser comparadas aos sindicatos patronais da atualidade; todavia, seu principal mérito foi a unificação profissional.

2.3 Os primórdios do capitalismo

A agricultura tornava-se cada vez mais uma empresa capitalista; a produção passou a ser destinada ao mercado, e não mais ao consumo da família ou da aldeia.²²

¹⁹ CHIARELLI, op. cit., p. 57.

²⁰ VIANNA, Segadas; MARANHÃO, Délio; SÜSSEKIND, Arnaldo; TEIXEIRA, Lima. *Instituições de Direito do Trabalho*. 21. ed. São Paulo: LTr., p. 31. v. 1.

²¹ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 4.

²² PERRY, op. cit., p. 353.

O assunto sugerido no tópico talvez seja um dos que mais provoca discussões acaloradas e apaixonadas, sendo que, via de regra, estão ligadas a aspectos ideológicos e políticos. A pergunta é óbvia: de onde se originou o capitalismo? São inúmeras teorias que tentam responder à indagação, e não são menos numerosas as obras que investigam o assunto. Para o presente estudo, é necessária a abordagem do tema, mas com o objetivo de mostrar como houve essa transformação conceitual do trabalho. Antes era desprezado, destinado a escravos; posteriormente passou a ser vinculado à terra e, mais tarde, especialmente com a Revolução Industrial, passou a merecer destaque e gerou importante espécie, qual seja, o emprego. Nesse contexto, é que serão expostas três teorias: a do modelo mercantil, a das concepções marxistas e a do capitalismo agrário, como consequência de condições históricas específicas.

A primeira teoria, também denominada tradicional, explica o surgimento do capitalismo em razão de práticas comerciais humanas antiqüíssimas, que tiveram evolução expressiva após a eliminação de barreiras que impediam seu desenvolvimento. O homem teria uma aptidão natural para o comércio e o escambo. Com o passar do tempo, especializou-se e aprimorou-se em razão da evolução técnica dos meios de produção e, principalmente, da eliminação de freios políticos e culturais. Tais fatores teriam determinado o crescimento e a autonomia das cidades, que passaram a ser dominadas pelos habitantes dos burgos (burguesia). Nesse aspecto, o burguês ainda não está identificado como capitalista, mas como simples morador das cidades, ou, como definido por Wood, “alguém sem *status* de nobreza que, embora trabalhasse para viver, em geral não sujava as mãos e usava mais a cabeça do que o corpo no trabalho”.²³ Posteriormente, prossegue a escritora, “o antigo morador da cidade deu lugar ao habitante do burgo medieval, que, por sua vez, evoluiu imperceptivelmente para o capitalismo moderno”.

A teoria marxista, que tem divergências entre seus próprios defensores, afirma que o capitalismo já existiria dentro do próprio feudalismo, e teria como missão histórica a dissolução desse sistema. O argumento é similar ao utilizado pela teoria do modelo mercantil, no qual a “história é uma sucessão de etapas na divisão do trabalho, com um processo transistórico de avanço tecnológico e com o papel

²³ WOOD, op. cit., p. 23.

principal atribuído às classes burguesas, que teriam dado origem ao capitalismo pelo simples fato de serem libertas do jugo feudal”.²⁴

Mas é a teoria da origem agrária do capitalismo que inova, ao afirmar que o capitalismo não nasceu nas cidades, mas no campo e em razão de transformações radicais das inter-relações humanas.²⁵ Na realidade, o capitalismo não seria consequência natural de uma tendência humana a “comerciar, permutar e trocar” (Adam Smith), mas produto de eventos históricos específicos. O raciocínio deve começar na prática milenar de trabalho do ser humano com a terra, quando uns trabalhavam a própria terra (produtores camponeses) e outros se apropriavam do trabalho alheio. O excedente da produção era tomado pelos grandes proprietários e pelo próprio Estado através de meios coercitivos, como o poderio militar, jurídico e político. Essa situação pré-capitalista que, mais tarde, modificou-se em razão de um produtor direto sem propriedade da terra que cultiva, cuja própria subsistência depende da alienação de sua capacidade de trabalho, em troca de salário, pode ser chamada de capitalismo. As duas formas, porém, diferenciam-se em razão de que, na primeira, a apropriação do excedente decorria de imposição coercitiva, e, na segunda, por meios exclusivamente econômicos.

Diferentemente do raciocínio tradicional, a teoria da origem agrária afirma que a gênese do capitalismo não foi uma simples reação ao feudalismo na Europa, uma vez que este também apresentava variações em sua estrutura e no funcionamento e, como ressalta Wood, em apenas um país é que seus resultados produziram o capitalismo. Trata-se da Inglaterra do século XVI, onde houve uma evolução mais significativa para a eliminação da soberania fracionada herdada do feudalismo, concentrando-se o poder político no Estado monárquico, que garantia a ordem e protegia a propriedade. Londres, à época, em relação às demais cidades de toda a Europa, era maior e mais desenvolvida, possuindo uma grande rede de estradas e transporte de água. Sua base econômica era a agricultura, apresentando como classe dominante uma aristocracia desmilitarizada, que concentrava a propriedade em suas mãos, e tinha grande poder econômico. Os latifúndios, na sua maioria, eram trabalhados por arrendatários, sendo que o aumento da renda dos proprietários estava vinculado ao aumento da produtividade. Percebe-se, ainda, que

²⁴ Ibidem, p. 36.

²⁵ Ibidem, p. 76: “A associação do capitalismo com as cidades é uma das convenções mais firmemente estabelecidas na cultura ocidental. Supõe-se que o capitalismo tenha nascido e se criado na cidade.”

o mercado determinava o valor dos arrendamentos, o valor da própria terra e o acesso aos meios de produção. Conclui-se que, na Inglaterra, o trabalho excedente do período feudal transformou-se, assim, em renda monetária, sendo que o mercado não era oportunidade, mas um imperativo. No mesmo sentido, pode-se concluir que, para os arrendatários (camponeses), o poder coercitivo do senhor feudal foi substituído pelas pressões dos proprietários, e as riquezas eram geradas pelo aumento do trabalho excedente. Na verdade, foi a renda variável, em função dos imperativos de mercado, que estimulou o desenvolvimento da produtividade mercantil, o aumento da produtividade e o crescimento econômico auto-sustentado.

Deve ser destacado que, no mesmo período, havia arrendamentos oriundos de posses consuetudinárias, cujas safras eram negociadas nos mesmos mercados, existindo, ainda, terras cultivadas pelos proprietários. Todavia, os imperativos de mercado faziam com que os fazendeiros produtivos (não consuetudinários) prosperassem e aumentassem suas posses. Os demais, mais cedo ou mais tarde juntavam-se à classe dos não-proprietários. Com isso estabeleceram-se três grupos: latifundiários, arrendatários capitalistas e trabalhadores assalariados. O resultado foi uma agricultura altamente produtiva, destinada a um mercado rentável, bem como um aumento de trabalhadores assalariados desprovidos de propriedade.

Criou-se, assim, um mercado interno e competitivo para bens de consumo baratos. O incremento a esse sistema, denominado à época *melhoramento*, revelou a ideologia do emergente capitalismo agrário: aumento da produtividade da terra com vistas ao lucro.²⁶ Houve aperfeiçoamento das técnicas de produção (rotação de culturas), novos equipamentos (arado de rodas), mas o aspecto principal foi a criação de novas formas e concepções de propriedade, abandonando-se costumes e práticas que interferiam no uso produtivo da terra. Era o denominado *cercamento* que representou muito mais do que a demarcação física dos latifúndios, pois extinguiu os direitos comunais e consuetudinários que mantinham a sobrevivência de muitas pessoas. Todas essas transformações foram amparadas por decretos parlamentares, decisões de tribunais e por uma forte ideologia.²⁷

²⁶ Ibidem, p. 96: “Do século VXI ao XVIII, houve disputas constantes em torno dos direitos comunais e consuetudinários. O princípio do melhoramento para fins de troca lucrativa ganhava cada vez mais precedência sobre outros princípios e outras reivindicações de propriedade, quer essas se baseassem nos costumes, quer em algum direito fundamental de subsistência. O aumento em si da produtividade tornou-se uma razão para a eliminação de outros direitos.”

²⁷ Ibidem, p. 93: “Toda a tese de Locke sobre a propriedade gira em torno da idéia de melhoramento. O tema que perpassa todo o capítulo é que a terra existe para se tornar produtiva e lucrativa, e é por isso que a propriedade privada, que emana do trabalho, suplanta a posse comum.

Posteriormente, os princípios do capitalismo agrário foram utilizados pela indústria, desencadeando as Revoluções Industriais que serão tratadas a seguir.

2.4 As Revoluções Industriais

O item busca abordar, principalmente, a revalorização do conceito do trabalho, o surgimento do emprego e do desemprego, e o papel desempenhado pelo avanço tecnológico nesse período histórico.

É ponto pacífico que a industrialização desenvolveu-se por primeiro na Inglaterra.²⁸ Isso se deveu à economia desenvolvida em vários setores, como a metalurgia e mineração, uma infra-estrutura poderosa preparada para o transporte fluvial e por estradas, e o acúmulo de capitais de comerciantes e proprietários de terras advindo do comércio, inclusive o de escravos. Deve ser acrescido a isso o excedente de mão-de-obra formado por agricultores que buscavam manter seu sustento e o de suas famílias. Tudo isso deflagrou a transição do capitalismo agrário para o industrial. É importante ressaltar que o desenvolvimento tecnológico na Primeira Revolução Industrial foi modesto, e que a mesma foi desencadeada em razão da lógica já existente na fase agrária; além disso, pode ser sustentado que a industrialização foi o resultado de uma sociedade de mercado e não a sua causa:

Na verdade, um certo tipo de sociedade de mercado – uma sociedade em que os produtores dependiam do mercado para ter acesso aos meios de subsistência, ao trabalho e à auto-reprodução, e estavam sujeitos aos imperativos de mercado – foi não o resultado da industrialização, mas sua causa primária. Somente uma transformação das relações sociais de propriedade que obrigou as pessoas a produzirem competitivamente (e não apenas a comprarem barato e venderem caro), uma transformação que fez com que o

Locke insiste repetidamente em que a maior parte do valor inerente à terra provém não da natureza, mas do trabalho e do melhoramento: ‘é o trabalho, de fato, *que instaura a diferença de valor* em tudo quanto existe.’

²⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1983. p. 144. v. I: “Sem subestimar a contribuição determinante dada pelo protecionismo estatal direto e indireto, especialmente na época mercantilista, é certo que a decolagem definitiva do Capitalismo acontece em concomitância com a chamada Revolução Industrial. Ela inicia primeiramente na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, na França e nos Estados Unidos da América, a partir dos primeiros decênios do século XIX, e somente na segunda metade do mesmo século na Alemanha.”

acesso aos meios de auto-reprodução passassem a depender do mercado, é capaz de explicar a drástica revolução das forças produtivas que foi singularmente característica do capitalismo moderno.²⁹

Nessa ambiência, no século XVIII, onde foi inventada a máquina a vapor (1769-Watt), o tear mecânico (1785 – Cartwright) e, mais tarde, construída a primeira estrada de ferro (1830-Inglaterra), observou-se o fenômeno do êxodo rural com aumento da população urbana, gerando um crescimento desordenado das cidades.³⁰ A antiga divisão social em clero, nobreza e plebeus dá lugar à burguesia (classe média), e à classe trabalhadora: “As virtudes do trabalho, da parcimônia, da ambição e da prudência caracterizam a classe média de modo geral, bem como a perversão desses valores em materialismo, egoísmo, insensibilidade, individualismo rígido e presunção.”³¹

A classe média aumentava sua importância na mesma intensidade do desenvolvimento industrial, passando a adotar, inclusive, hábitos da aristocracia, situação que parece perdurar hodiernamente.

Os artesãos sucumbiram em razão dos produtos manufaturados e foram substituídos por um novo grupo social denominado classe operária, formada, inicialmente, por trabalhadores agrícolas que haviam sido desapossados de suas terras. As condições de trabalho enfrentadas no período inicial do industrialismo, face à inexistência de um regramento jurídico adequado, foram as piores possíveis: horário de trabalho extenuante (até 15 horas diárias); condições insalubres e perigosas; demissões sem motivação e sem direito à indenização, e ganhos aviltados.

Esse quadro deflagrou justas reivindicações dos trabalhadores, nascendo, então, um sistema jurídico destinado à sua proteção e ao reconhecimento de direitos básicos. Todas essas modificações, surgidas de fatos políticos, econômicos e jurídicos, foram embasadas na idéia de justiça social, quando deve ser destacada,

²⁹ WOOD, op. cit., p. 111.

³⁰ BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, op. cit., p. 145. “A primeira industrialização se verificou em coincidência com uma série de fenômenos que é difícil subestimar: aumento da população, êxodo mais ou menos forçado das massas camponesas para os centros urbanos, primeiros fenômenos de urbanização com a rápida transformação da tradicional estratificação social, formação do proletariado operário urbano, crescente intervenção do aparelho estatal, quer em forma repressiva, quer protecionista e garantidora.

³¹ PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1999. p. 359.

ainda, a doutrina social da Igreja católica, através de encíclicas como a *Rerum Novarum* (1891) e, mais tarde, a *Laborem Exercens* (1981), bem como o marxismo que preconizou a união do proletariado.

É nesse contexto que surge a relação de emprego propriamente dita. Superada a fase inicial do industrialismo, o trabalho, agora na espécie emprego, teve sua conceituação revalorizada. O que antes era motivo de exclusão, agora, passa a ser de inclusão e identificação.³²

A Revolução Industrial iniciada no final do século XVIII, apesar de não ter sido causada pelo avanço tecnológico, visto que este foi corolário daquela, gerou uma revolução científica sem precedentes. Rifkin³³ aborda o tema com base nas formas de energia descobertas, afirmando que a humanidade vivenciou três revoluções industriais distintas. A primeira, se refere ao período já comentado anteriormente, sendo caracterizada pela utilização da energia a vapor e por sua aplicação na extração de minérios, indústria têxtil, na navegação e por locomotivas; a força humana e animal foi superada pela máquina. A segunda Revolução Industrial iniciou em 1860 e se estendeu até a Primeira Guerra Mundial, sendo caracterizada pela utilização da eletricidade como fonte de energia para movimentar motores, iluminar cidades e estabelecer comunicações. O petróleo passou a competir com o carvão, tendo ocorrido um desenvolvimento maior ainda na mineração, nos transportes, na agricultura e na indústria em geral. Após a Segunda Guerra Mundial, surge a Terceira Revolução Industrial, cujos efeitos podem ser sentidos atualmente, representados primordialmente pela eletrônica, pela robotização, pelos computadores, pelos *softwares*, deflagrando a denominada era da informação.

Feita essa abordagem histórica e conceitual, constata-se que o trabalho, através do emprego, passou a ser o centro das atividades humanas. A rotina, os costumes e os hábitos, bem como a sobrevivência dos homens ficaram vinculados à indústria. O relógio da fábrica passou a sincronizar a vida social. No entanto, apesar dos inegáveis benefícios trazidos pela industrialização, o sistema logo começou a apresentar sinais de desgaste e esgotamento.

³² BECK, Ulrich. *Liberdade ou capitalismo*. São Paulo: Unesp, 2002. p. 160: “Não é o caso de repassar aqui todo o processo de redefinição, mas convém notar que, com o início da Primeira Modernidade – naturalmente diante do pano de fundo das revoluções burguesas, da ascendente economia de mercado, do capitalismo em rápida expansão –, o trabalho passou a ser a característica central da identidade social, da posição social, da segurança existencial do homem. [...] O conceito de trabalho foi totalmente remodelado.”

³³ RIFKIN, op. cit., p. 60.

2.5 O Direito do Trabalho

O surgimento do Direito do Trabalho está ligado ao fenômeno da Primeira Revolução Industrial, no final do século XVIII. Os centros industriais emergentes fizeram com que houvesse uma grande concentração de pessoas em busca de trabalho, onde se incluíam, também, as denominadas “meias forças”, ou seja, a mão-de-obra da mulher e do menor. A situação, confortada pelos ideais individualistas e da ausência da intervenção estatal, terminou por gerar exploração à classe trabalhadora. Os abusos são conhecidos: a duração do trabalho não tinha limites, os salários eram aviltantes, os trabalhadores eram expostos a condições insalubres e perigosas, entre outros. O contexto é descrito por Oliveira Viana e adquire contornos de dramaticidade:

No seu inframundo repululava a população operária: era toda uma ralé fatigada, sórdida, andrajosa, esgotada pelo trabalho e pela subalimentação; inteiramente afastada das magistraturas do Estado; vivendo em mansardas escuras, carecida dos recursos mais elementares de higiene individual e coletiva; oprimida pela deficiência dos salários; angustiada pela instabilidade do emprego; atormentada pela insegurança do futuro, próprio e da prole; estropiada pelos acidentes sem reparação; abatida pela miséria sem socorro; torturada na desesperança da invalidez e da velhice sem pão, sem abrigo, sem amparo. Só a caridade privada, o impulso generoso de algumas almas piedosas, sensíveis a essa miséria imensa, ousava atravessar as fronteiras deste inframundo, os círculos tenebrosos deste novo Inferno, para levar, aqui e ali, espaçada e desordenadamente, o lenitivo das esmolas, quero dizer: o socorro aleatório de uma assistência inexistente. Os capitães de indústria, ocupados com a acumulação e a contagem de seus milhões e o gozo dos benefícios de sua riqueza, não tinham uma consciência muito clara do que significava a existência deste inframundo da miséria, que fica do outro lado da vida, longe de suas vistas aristocráticas, e cujos gritos de ódio, cujas apóstrofes indignadas, cujas reivindicações de justiça eles não estavam em condições de ouvir e, menos ainda, de entender e atender.³⁴

³⁴ Apud VIANNA, Segadas; MARANHÃO, Délio; SÜSEKIND, Arnaldo; TEIXEIRA, Lima. *Instituições de Direito do Trabalho* 21. ed. São Paulo: LTr., 2003. p. 35.

Se, por um lado, a exploração desenfreada dos trabalhadores causou sérios prejuízos à sua integridade física e psicológica e um enriquecimento dos capitalistas, por outro, deflagrou início do movimento operário. Indivíduos que suportam condições semelhantes e adversas tendem a se aproximar e associar-se. Foi exatamente o que ocorreu com a classe do proletariado, cuja associação, inicialmente, era clandestina, após, tolerada e, finalmente, a duras penas, houve o reconhecimento estatal. O associativismo determinou que o Estado regulamentasse as relações individuais do trabalho. Nesse contexto, segundo a maioria dos autores, a evolução histórica do Direito do Trabalho pode ser dividida em quatro períodos distintos:³⁵

- a) do final do século XVIII até o *Manifesto Comunista* (Marx e Engels – 1848) o Estado liberal quase não atuou, salvo raras exceções, tais como leis inglesa e francesa que limitaram o trabalho infantil a 12 horas diárias e proibiu o trabalho noturno, e o ato de 1826, que reconheceu o direito de associação ao operariado inglês;
- b) o segundo período é iniciado com o *Manifesto Comunista*, pela fundação da Primeira Internacional; Karl Marx lança a teoria do materialismo histórico – *Contribuição à Crítica da Economia Política* -, a *Comuna de Paris* que lançou a idéia do livre sindicalismo;
- c) no terceiro período temos a Encíclica do papa Leão XIII, *Rerum Novarum* (1891), a Conferência de Berlim (Bismark), lei de acidente do trabalho;
- d) o final da 1ª Grande Guerra Mundial e o Tratado de Versailles têm-se o quarto período, iniciando-se a fase legislativa propriamente dita em favor do proletariado, o que foi estendido para inúmeras Constituições de vários países democráticos.

Essa sucessão de fatos históricos formou o denominado Direito do Trabalho clássico, característico da sociedade industrial e embasado na relação de emprego típica, onde o desequilíbrio econômico dos empregados é teoricamente compensado por princípios jurídicos protetivos.³⁶ Tratou-se de um freio ao sistema liberal que

³⁵ GOMES, Orlando; GOTTSALK, Élson. *Curso De Direito do Trabalho*. 12. ed. Rio de Janeiro:Forense, 1991. p. 4 e 5.

³⁶ ROMITA, Arion Sayão. *Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho*. São Paulo: LTr, 2005. p. 389: “O Direito do Trabalho da sociedade industrial – considerado Direito do Trabalho clássico – desenvolveu-se em uma época de prosperidade econômica, caracterizada por certa estabilidade

havia sido construído sobre o subjetivismo dos direitos individuais, coroando o preceito de *Lacordaire*: “Entre o forte e o fraco, entre o rico e o pobre, é a liberdade que escraviza, é a lei que liberta.” O objetivo da legislação trabalhista na grande maioria dos países era o de estabelecer uma igualdade real entre empregados e empregadores.

Essa intenção é concretizada, principalmente, através da adoção do princípio protetivo³⁷ e da primazia da realidade. O primeiro é consubstanciado em três idéias básicas: *in dubio, pro operário*, onde se deve optar pela interpretação mais favorável ao obreiro quando a norma puder ser entendida de vários modos; na hipótese do conflito de normas deverá ser aplicada a que mais favoreça o empregado; e, por fim, a regra da condição mais benéfica, onde dever-se-á optar por uma situação concreta quando ela for mais favorável do que a norma. O segundo princípio significa que numa situação de divergência entre a realidade fática e a formalidade documental, deve-se optar pela primeira.

Trata-se, efetivamente, da aplicação da noção aristotélica de justiça distributiva, levando-se em conta a desigualdade de méritos, e a corretiva que restabelece a igualdade entre as pessoas. Em suma, deve-se tratar desigualmente as situações desiguais.

Apesar do diferencial de princípios, o Direito do Trabalho não esteve imune às críticas, especialmente no sentido de que sua estrutura contribuiria para a manutenção do sistema capitalista e a conseqüente exploração do trabalhador.

das relações jurídicas. Tem como objeto a relação de trabalho típica, com origem em um contrato livremente celebrado por sujeitos de direito postos em pé de igualdade formal. A debilidade econômico-social do trabalho é compensada por uma superioridade jurídica emergente de uma rede de proteção legislativa tão completa quanto possível.”

³⁷ RODRIGUEZ, Américo Plá. *Princípios de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1978.p. 27: “O princípio de proteção se refere ao critério fundamental que orienta o Direito do Trabalho pois este, ao invés de inspirar-se num propósito de igualdade, responde ao objetivo de estabelecer um amparo preferencial a uma das partes: o trabalhador. Enquanto no direito comum uma constante preocupação parece assegurar uma igualdade jurídica entre os contratantes, no Direito do Trabalho a preocupação central parece ser a de proteger uma das partes com o objetivo de, mediante essa proteção, alcançar-se uma igualdade substancial e verdadeira entre as partes.”

3 O ESGOTAMENTO DE UM SISTEMA

O sistema capitalista, inegavelmente, proporcionou evolução para a humanidade, nunca antes observada em qualquer outro período histórico. Para essa percepção, devem ser abandonadas as visões fundamentalistas de qualquer natureza, seja do Oriente ou do próprio Ocidente. Os fatos demonstram esse progresso, bastando lembrar: os meios de transporte e de comunicação, a liberdade de expressão, os avanços da medicina, as descobertas científicas e a informática. Esse rol de benefícios já é suficiente para demonstrar seus aspectos positivos, porém o lado negativo foi igualmente significativo, indicando-se, apenas para exemplificar, a degradação do meio ambiente e o desequilíbrio social. Alguns autores, como Beck, chegam até a afirmar que o incontestável sucesso do capitalismo, entre outros fatores, é que produziu sua própria crise.

Cabe a análise, dessa forma, dos motivos que determinaram a crise do sistema capitalista e, principalmente, seus efeitos sobre as relações de trabalho, notadamente o emprego.

3.1 Lester C. Thurow e as placas tectônicas do capitalismo

Para que se possa identificar os fatores causadores da crise do capitalismo, é imperioso, antes de mais nada, de uma forma direta, estabelecer-se o conceito de capitalismo, além dos seus principais requisitos e objetivos. Tal intento é assunto para longas divagações e extensa bibliografia, mas, para esta dissertação, a síntese de Wood é adequada:

O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um

sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter o acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital.³⁸

Uma vez conceituado, é importante que seja analisada a exposição de Thurow acerca dos motivos que ameaçam destruir o capitalismo, como sistema econômico e “ideologia de orientação”.³⁹ O economista se utiliza de uma metáfora, qual seja, as placas tectônicas, para expor sua teoria. Sabe-se que a crosta terrestre é composta por um revestimento rochoso rígido que é subdividido horizontalmente em partes denominadas placas tectônicas, cujo movimento contínuo, inclusive no interior da Terra, muitas vezes não é perceptível. Em determinadas situações, ocorrem cataclismos de grandes proporções, causados por movimentos tectônicos mais intensos, tais como terremotos, erupções vulcânicas e maremotos. O autor se utiliza desse fenômeno geológico para indicar “cinco forças econômicas” (placas tectônicas econômicas), que estariam determinando transformações na crosta terrestre do capitalismo: o fim do comunismo, o avanço tecnológico, aspectos demográficos, a globalização econômica e a nova era mundial multipolar (sem uma potência dominante).

O fim do comunismo “lançou desordenadamente 1,9 bilhão de pessoas no mundo capitalista”.⁴⁰ Foi uma modificação substancial, haja vista que essas pessoas estavam ambientadas num sistema em que o poder de decisão e o risco de suas atividades eram quase nulos. Assim, de forma repentina, foram jogadas num contexto hostil, passando a enfrentar riscos desconhecidos, tais como a possibilidade do desemprego e de variações salariais. Por outro lado, perderam benefícios estatais expressivos, a exemplo do atendimento médico, especialmente o infantil, incentivos e subsídios educacionais e culturais.

Deve-se levar em conta, ainda, que o novo quadro causou graves problemas aos que já pertenciam ao sistema capitalista. Exemplifica-se. É notório que a antiga União Soviética possuía um conhecimento científico avançado, representado por

³⁸ WOOD, op. cit., p. 1.

³⁹ THURROW, op. cit.

⁴⁰ Ibidem, p. 66.

engenheiros e cientistas qualificadíssimos. Com o fim do comunismo, esses profissionais foram captados pelo mercado de trabalho, inclusive por universidades brasileiras, causando insegurança e demissões no mundo capitalista. Nada há a fazer, pois a regra da livre concorrência de mercado vale para todos.

Sob o ponto de vista econômico, o impacto foi maior ainda. O exemplo mais significativo se refere à produção de petróleo. Por muito tempo, foi afirmado que a maior produtora mundial de petróleo seria a Arábia Saudita, quando, na realidade, era a extinta União Soviética. Isso era omitido por razões ideológicas e porque a quase totalidade dessa produção era absorvida por países comunistas. Com o fim do comunismo, essa produção passou a compor o mundo econômico capitalista, tendo como efeito imediato o enfraquecimento da Opep na fixação dos preços do petróleo. Verificou-se, ainda, reflexos na comercialização de minérios – o titânio que era utilizado em equipamentos bélicos passou a compor produtos de consumo em massa; a produção de alumínio soviética desembocou na econômica capitalista; no setor agrícola, surge a Ucrânia, potencialmente “o melhor lugar do mundo para a plantação de grãos”,⁴¹ entre outros exemplos. Isso tudo sem falar do impacto nos produtos manufaturados da China, que dependem de uma mão-de-obra pouco qualificada, assunto que renderia várias dissertações.

Thurow conclui o tópico afirmando que o “capitalismo e democracia vivem hoje um período único, no qual eles efetivamente não têm concorrentes viáveis pela lealdade das mentes de seus cidadãos”.⁴² O autor, porém, errou ao afirmar que não existiria nenhuma ameaça digna de crédito aos Estados Unidos, haja vista os atentados de 11 de setembro.

A segunda placa tectônica é referente à supremacia do conhecimento e da tecnologia. Conforme preconizado pela teoria da vantagem comparativa, era aceitável que as atividades dos setores produtivos dependeriam de dois fatores: dotes de recursos naturais, onde deveria ser produzido o produto adequado, de acordo com condições naturais propícias – as plantações de algodão americanas localizavam-se no Sul em razão do clima e solo adequados; e proporções de elementos, cuja regra era a confecção de produtos intensivos em capital por países ricos em capital, e produtos intensivos em mão-de-obra por países onde a mesma seria abundante. Essa equação levava à conclusão de que, depois que determinado

⁴¹ THUROW, op. cit., p. 68.

⁴² Ibidem, p. 91.

país atingia desenvolvimento e obtinha riqueza, havia a tendência de permanecer nesse estágio e, inclusive, ampliá-lo. Quase nada sobrou disso. O cataclismo provocado pelo “poder cerebral” humano, especialmente através da microeletrônica, de biotecnologia, de novos materiais, da informática e da robótica, apenas para exemplificar, determinou que, tecnicamente, qualquer coisa poderia ser produzida em qualquer parte da crosta terrestre. Esse abalo sísmico tem, como motivo gerador o fato de que a produção moderna se utiliza cada vez menos de recursos naturais, que são substituídos por produtos sintéticos. Na atualidade, para que um país seja considerado rico, não basta contar com a posse da matéria-prima encontrada na natureza, eis que essa pode ser deslocada a um custo baixo, para qualquer ponto do planeta. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à disponibilidade do capital, visto que o mercado mundial de capitais suprimiu limites de tempo e espaço aos empreendedores, concluindo-se, conforme Thurow, que, “de fato, simplesmente não existe país rico ou pobre de capital quando se trata de investimentos”.⁴³ Note-se que a teoria da vantagem comparativa ainda é válida, porém a modificação de suas variáveis leva à conclusão de que as vantagens de um país resultarão dos investimentos feitos no conhecimento.

O próximo fator é referente a aspectos demográficos, ou seja, crescimento, modificação e envelhecimento das populações. Após o advento da Segunda Guerra Mundial, que gerou o avanço da medicina e o melhoramento da saúde pública, verificou-se um crescimento (explosão demográfica) populacional sem precedentes, em especial nos países do denominado terceiro mundo. No início da era cristã, a população mundial era de aproximadamente 250 milhões, sendo que atualmente essa marca beira os seis bilhões de homens. Tal circunstância já havia sido observada por Malthus (1766-1834) em seu livro *Ensaio sobre o princípio da População*, em que foi popularizada a teoria de que a população cresceria em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos cresceria por progressão aritmética, o que traria conseqüências catastróficas para a humanidade.⁴⁴ A realidade refutou a teoria malthusiana, haja vista que a produção de alimentos, em razão da evolução biotecnológica, mostra-se suficiente e até mesmo excedente às

⁴³ THUROW, op. cit., p. 96.

⁴⁴ MALTHUS, T. R. *Ensaio sobre população*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 282. (Coleção Os Economistas): “O poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem. A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética.” (MALTHUS, 1983, p. 282).

necessidades da população. Todavia, os fatos mostram que a fome e a miséria, em vários países da América Latina, África e Ásia, alcançam índices alarmantes, o que se deve a aspectos políticos e econômicos. Essas circunstâncias acarretam o aumento do contingente de desempregados, aumento da mortalidade infantil por inanição e elevação dos índices de criminalidade. Em suma, o quadro leva à degradação do ser humano e transforma em letra morta qualquer legislação que tenha o intuito de preservar sua dignidade.

A situação demográfica, porém, é diversa em alguns países do primeiro mundo, onde ocorre o fenômeno inverso, que recebe as denominações de implosão demográfica, baixa taxa de fecundidade, ou decréscimo populacional. Na França, em 1997, a população era de 58 milhões de habitantes, sendo que para o ano 2050 está previsto um decréscimo que atingirá os 48 milhões. Semelhante é o caso da Itália, que deverá passar de 56 milhões para 38 milhões. Todavia, o quadro se constitui em exceção e vem a confirmar a regra que é a explosão demográfica.

Outro aspecto abordado por Thurow é o dos deslocamentos populacionais, ou seja, a imigração maciça de pessoas dos países do terceiro mundo para os de primeiro mundo. O autor afirma que essas modificações são inevitáveis e sugere medidas de contenção. No particular, deve ser dito que essas imigrações, legais ou ilegais, têm como causa óbvia o bem-estar social oferecido pelos países desenvolvidos. Reprovar esse fenômeno deixa transparecer hipocrisia. Se o capitalismo tem no binômio liberdade e democracia, uma de suas principais características, além de ser favorecido pela globalização, que confere aos investimentos de capital uma mobilidade extrema, como querer restringir o fenômeno imigratório? Evidencia-se, então, que o problema é de ordem política e social, não afetando de forma direta os grandes grupos econômicos. Trata-se de verdadeiro “efeito colateral” que tem como origem o sucesso do sistema capitalista.

O aumento da expectativa de vida, ou o envelhecimento da população mundial, também é indicado pelo autor como uma das causas de crise do bem-estar social, visto que exigem serviços sociais dispendiosos e são dependentes do Estado para sua sobrevivência. Ainda que haja uma abordagem que beira à falta de sensibilidade, depositando uma parcela de culpa da crise do sistema naqueles que contribuíram para a manutenção e o desenvolvimento do mesmo, pode-se dar certa razão para Thurow, quando o problema é analisado unicamente sob o aspecto

econômico, como é o caso, por exemplo, do sistema previdenciário e de aposentadorias.

A quarta placa tectônica seria a globalização da economia. Thurow afirma que “pela primeira vez na história humana, qualquer coisa pode ser feita em qualquer parte e vendida em toda a parte.”⁴⁵ A eliminação das fronteiras reais e dos limites territoriais, devidos à informatização global, resultou no auge e triunfo da regra básica do capitalismo: minimizar os custos e maximizar o lucro. Por outro lado, para que haja efetivamente uma economia globalizada, seria necessário que as nações abrissem mão de uma parcela significativa da soberania nacional, o que já está ocorrendo no Mercado Comum Europeu. Enquanto isso não ocorre de forma efetivamente global, o jogo econômico está sendo travado sem que se tenha conhecimento claro de suas regras e de sua coercibilidade, o que faz aumentar a incerteza. É curioso que a evolução tecnológica propiciada pelo capitalismo, e que é um dos principais fatores da globalização, gere também a crise do próprio sistema.

Por fim, como última placa tectônica causadora da crise do capitalismo, está a existência de um mundo multipolar, sem uma potência dominante. Com a implosão da URSS e a derrocada do comunismo, o capitalismo, através de seu principal representante, os Estados Unidos, passou a reinar absoluto sobre o planeta. Porém, a transição de um sistema para o outro não foi tranqüila, tal como aconteceu com a recuperação econômica dos países aliados e vencidos na Segunda Guerra Mundial. Note-se que, sob o aspecto ideológico, o comunismo representava uma ameaça e mantinha o sistema capitalista coeso e, por outro lado, forçava o atendimento de reivindicações de cunho social, tratando-se, portanto, de um contrapeso ético ao avanço desmesurado do capital. Para Thurow, essa ausência de centro de gravidade no plano político e econômico já ocorreu anteriormente, no período situado entre as duas guerras mundiais, cujos resultados foram desastrosos.

A análise acima relatada conduz à reflexão sobre o atual momento histórico. Efetivamente, o comunismo implodiu, mas o capitalismo não proporcionou o esperado e prometido bem-estar social para todos. Huntington afirma que, “no mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas”⁴⁶ mas culturais. Tanto as violências originadas

⁴⁵ THUROW, Lester C. *O futuro do capitalismo: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 154.

⁴⁶ HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recompensa da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. p. 20.

pelo fundamentalismo religioso como pelo ímpeto imperialista parecem confirmar e reeditar esse antigo matiz da barbárie. As conseqüências desse desgaste capitalista sobre as relações de trabalho foram as piores possíveis.

3.2 A divisão do trabalho e a sua desumanização

Uma das principais críticas que se faz ao capitalismo é pertinente à divisão do trabalho, ou sua fragmentação. Na fase pré-industrial, um único trabalhador, a exemplo do artesão, tinha no produto de seu trabalho uma verdadeira obra, sendo responsável por sua criação, pelo planejamento, pela execução e pelo seu aperfeiçoamento. No período industrial, essa situação foi modificada. Com a necessidade de atendimento de mercados que consumiriam os produtos fabricados, foi necessário o aprimoramento das técnicas, para incrementar e agilizar a produção. Surge a princípio a “standardização”, atribuída a Thonet, um fabricante de móveis, que se tratava de um ciclo contínuo para fabricação de produtos em série, com características idênticas, com o objetivo de reduzir o desperdício de materiais, produzir mais rapidamente, reduzir o custo e aumentar o lucro. Assim, como afirma De Masi, “em vez de fabricar cem cadeiras, cada uma diferente da outra, é muito mais lucrativo fazê-las todas iguais”.⁴⁷

Posteriormente, com a indústria automobilística, notadamente a Ford, e por intermédio do engenheiro americano Frederick Winslow Taylor, surge o *taylorismo* e o *fordismo*. O sistema consistia num método de racionalização de tempo e espaço, no qual o chassi do automóvel era colocado em esteiras rolantes, circulava pelo interior da fábrica, e operários, posicionados lateralmente, executavam tarefas de montagem dos veículos. Nesse sistema, pode-se apontar como características principais: “[...] meticulosa separação entre projeto e execução, iniciativa e atendimento a comandos, liberdade e obediência, invenção e determinação, com o estreito entrelaçamento dos opostos dentro de cada uma das oposições binárias e a suave transmissão de comando do primeiro elemento de cada par ao segundo”;⁴⁸ baixa mobilidade dos trabalhadores; homogeneização da mão-de-obra; “mão-de-

⁴⁷ DE MASI, D. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. p. 59.

⁴⁸ BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 68.

obra numerosa e predominantemente masculina⁴⁹ produção em massa; consumo em massa; rotinas de trabalho; controle do tempo; adaptação ao ritmo da máquina; e homogeneidade dos produtos. Impende registrar que, ao contrário do que é difundido, *taylorismo* não é sinônimo de *fordismo*. O primeiro é destinado unicamente à produção em massa de lotes pequenos e médios, sendo que o segundo diferenciou-se por implantar a flexibilidade nessa produção massificada.⁵⁰ Posteriormente, ao fim dos anos 70, tais sistemas começaram a dar sinais de desgaste, sinalizando uma verdadeira crise estrutural do capitalismo: queda da taxa de lucros causada pelo aumento do custo da força de trabalho, início do desemprego estrutural, crescimento do sistema financeiro, concentração de capitais através de oligopólios, crise do *welfare state* (Estado do Bem-Estar Social) e incremento acentuado das privatizações.⁵¹

Dessa forma, nos anos 80, na tentativa de amenizar esse quadro, surgiu o *toyotismo*. Nele, os trabalhadores passaram a ser multifuncionais, sendo esse sistema caracterizado por: hierarquia administrativa horizontal; controle rígido de qualidade e desintegração vertical da produção em uma rede de empresas, processo que substitui a integração vertical de departamentos dentro da mesma estrutura empresarial. Essas modificações geraram reflexos nos direitos dos empregados, tais como a flexibilização e a desregulamentação. Por outro lado, o *toyotismo* foi acusado de ser uma forma de manipulação do trabalhador por sua participação dentro da ordem e do universo da empresa.

Karl Marx, citado por Gorz, já teria advertido que essa divisão “seria a fonte de todas as alienações, pois estropeia o trabalhador e faz dele uma espécie de monstro”, favorecendo, “como numa estufa, o desenvolvimento de habilidades parciais, suprimindo todo um mundo de instintos e capacidades”.⁵²

Pode-se constatar, pois, que esse distanciamento entre a atividade humana na era industrial e o que é produzido, dada seu caráter mecânico e repetitivo, com pouca ou nenhuma utilização do intelecto e da criatividade, e o seu caráter descartável e substituível pela automação, só tende a contribuir com a

⁴⁹ BEYNON, Huw. A destruição da classe operária inglesa? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 27, p. 5-1, fev. 1995.

⁵⁰ KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. p. 71-72.

⁵¹ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 29-30.

⁵² GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: M. Fontes, 2001.

desumanização do próprio homem. Convém ressaltar, como fez Rifkin, que, com a economia capitalista de mercado, o ser humano deixou de ser considerado como pessoa, passando a ser rotulado como *consumidor*: “Em sua forma original, consumir significava destruir, saquear, subjugar, exaurir. É uma palavra impregnada de violência, e, até o século passado, tinha apenas conotações negativas. Na década de 20, a palavra ainda era usada para se referir à mais fatal das doenças da época – a tuberculose”.⁵³ O mesmo autor lembra, ainda, especificamente no caso dos Estados Unidos, que a conversão da ética protestante do trabalho, caracterizada pela parcimônia e poupança, foi transformada no novo “evangelho” do consumo. Para isso, percebeu-se que era necessário implantar nas pessoas o conceito de insatisfação, criando necessidades anteriormente inexistentes, e transformando o ser humano em consumidor de produtos supérfluos.

Não se pode negar, por outro lado, que a indústria foi responsável por avanços substanciais em diversos setores: transportes; comunicações; lazer; conforto doméstico; na área da saúde, da higiene e do saneamento, entre outros. Porém, também é inquestionável que uma parcela significativa da população pouco desfrutou dessas benesses, sendo que os lucros auferidos por poucos foram bem mais substanciais do que os supostos benefícios.

3.3 A extinção gradativa do emprego. O desemprego estrutural. O pleno emprego como “categoria-zumbi”

A extinção gradativa dos empregos e, via de consequência, dos empregados, é situação irretorquível que ameaça, principalmente, países do terceiro mundo. Trata-se, efetivamente, de um desemprego epidêmico e estrutural sem precedentes, cujo agravamento pode ser atribuído ao avanço tecnológico. Mas, será que se pode perder algo que nunca se teve? Explica-se. Ao que parece, a expressão “pleno emprego”, ou algum índice próximo disso, não se concretizou, deixando transparecer que isso foi apenas uma promessa ou, pior ainda, um engodo gerado com a industrialização. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), através do

⁵³ RIFKIN, op. cit., p. 19.

boletim denominado *Tendências Mundiais do Emprego – 2007*, confirma o aumento das taxas de desemprego:

DESEMPREGO MUNDIAL A NÍVEIS SEM PRECEDENTES APESAR DO CRESCIMENTO ECONÔMICO Avanços modestos na redução do número de trabalhadores pobres

GENEVA (Notícias da OIT) – O número de pessoas desempregadas no mundo manteve-se elevado a níveis sem precedentes em 2006 apesar do robusto crescimento econômico, disse a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em uma nova edição do seu relatório anual *Tendências Mundiais do Emprego* que foi divulgado hoje nesta cidade.

O documento *Tendências Mundiais do Emprego 2007* diz que embora haja mais pessoas trabalhando do que antes, o número de desempregados manteve-se em uma marca sem precedentes de 195,2 milhões de pessoas em 2006. A taxa mundial, de 6,3 por cento, não teve mudanças com relação ao ano anterior.

A OIT também destacou que ocorreram apenas avanços modestos nos planos para tirar da pobreza 1,37 bilhão de trabalhadores que, embora tenham emprego, vivem com menos do equivalente a dois dólares por pessoa ao dia, e destacou que não se produziram suficientes empregos decentes e produtivos para melhorar sua situação.

O forte crescimento econômico registrado nos últimos cinco anos teve um impacto muito leve na redução do número de trabalhadores que vivem em condições de pobreza junto com suas famílias, e essa redução se observou somente em uns poucos países. Além disso, o crescimento não provocou a diminuição do desemprego mundial”, disse o Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia. Por outro lado, se esta tendência de crescimento se mantiver em 2007, são muito preocupantes as perspectivas relacionadas com a criação de emprego decente e uma maior redução da pobreza.

O relatório diz que para manter ou reduzir as taxas de desemprego deve ser fortalecido o vínculo entre crescimento e trabalho. Destaca que a criação de empregos decentes e produtivos, e não de qualquer emprego, é essencial para reduzir o desemprego e baixar o número de famílias que vivem em situação de pobreza, o qual, por sua vez, é um requisito para o desenvolvimento e o crescimento econômico no futuro.⁵⁴

Para tal análise, cabe registrar que o suporte fático levado em conta é o existente para a maioria da população mundial, especialmente em países do denominado terceiro mundo, e que também afeta os Estados Unidos. A observação é necessária, uma vez que não se deve ignorar nações da Europa onde as

⁵⁴ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Desemprego mundial cresce a níveis sem precedentes. Boletim, 01 fev. 2007, Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=3051. Acesso em: 29 abr. 2007.

condições econômicas, sociais e assistenciais beiram a perfeição. É o caso da Suíça, onde a taxa de desemprego atualmente está em apenas 3,6%, sendo que, em determinados setores, é necessária até mesmo mão-de-obra estrangeira.⁵⁵

Inicialmente, impõe-se dizer o que se entende por pleno emprego. A conceituação é dada por Beck: “Pleno emprego significa trabalho normal, no qual a pessoa aprende uma profissão, talvez com uma ou duas mudanças de profissão, exerce-a o resto da vida, uma ocupação que lhe dá a base da existência material”.⁵⁶ Não se ignora a existência de outros conceitos com enfoques mais técnicos, estatísticos e baseados em percentuais, mas o que se pretende aqui é deixar clara a idéia de segurança e perenidade que a expressão “pleno emprego” registra na mente das pessoas, principalmente nas que dependem dele para sobreviver. Excetuada a pequena parcela da população que não é afetada por crises econômicas, desde o início da industrialização o que o cidadão comum almeja é a possibilidade de seu bem-estar e o de sua família, cuja viabilidade será conseguida mediante um emprego. Todavia, conforme dados oficiais, constatam-se índices alarmantes de desemprego. No ano de 1995, havia 800 milhões de desempregados ou subempregados, sendo que, em 2001, esse número subiu para um bilhão. Trata-se de nada mais nada menos do que um sexto da população mundial.⁵⁷

Ocorre que, no início da industrialização mundial, o trabalho humano massificado e a tecnologia eram necessários para a fabricação de bens e prestação de serviços. Atualmente, na denominada Era do Acesso (Rifkin), com a evolução tecnológica – robótica, nanotecnologia, biotecnologia –, a necessidade da mão-de-obra humana foi reduzida a níveis mínimos, observando-se o fenômeno do desemprego estrutural. Assim, a baixa de empregos que anteriormente era eventual, dependendo de aspectos de mercado, oferta e procura, passou a ser definitiva, ou seja, aqueles postos de emprego eliminados em função do avanço da tecnologia – desemprego tecnológico – jamais serão repostos em mesmo número e no mesmo nível salarial. A situação, que na conformidade dos princípios capitalistas é inevitável, possibilitou uma maior produtividade das empresas com a redução do

⁵⁵ DESEMPREGO EM PERCENTUAIS. Revista Rumos e The Economist. Disponível em: <http://www.ai.com.br/pessoal/indices/EMPREG2.HTM>. Acesso em abr. 2007.

⁵⁶ BECK, op. cit., p. 161.

⁵⁷ “ILO’s World Employment Report 2001: Despite Improved Employment Outlook, Digital Divide Looms Large, International Labor Organization, 24 de Janeiro de 2001. www.ilo.org. (In: RIFKIN, op. cit., p. XIII, p. 291.

número de empregos. O processo foi sofisticado e passou a ser elegantemente denominado de reengenharia.

A firmeza do chão-da-fábrica tornou-se movediça; as condições normais de temperatura e pressão dos setores administrativos sucumbiram às altas temperaturas da incerteza; a evolução tecnológica revelou a parcialidade da Ciência; a fragmentação e a flexibilização espacial e temporal virtualizaram muitos postos de serviços; os poderes constituídos e os trabalhadores estatutários começam a sofrer os respingos e a sentir essa lava incandescente... Em suma, o regime do risco e da incerteza passou a dominar o centro da atividade produtiva. Como, então, diante desse quadro, pensar e conceber a expressão “pleno emprego” e tentar apreender seu significado e realidade? A resposta está contida na expressão cunhada por Beck, qual seja, “categoria-zumbi”, ou seja, “categorias mortas-vivas que nos assombram a mente e determinam nossa visão de realidades as quais desaparecem cada vez mais”.⁵⁸ Essa denominação, chamada por Willms, na mesma obra, como “maravilhosamente feia”, é perfeita para classificar a utopia do “emprego para todos”, visto que, ao contemplarem-se os fatos desde o início da Revolução Industrial, pode-se concluir que se tratou de mera ilusão. O mesmo autor (Beck) constata, ainda, que, no atual sistema, “o trabalho produtivo também é o requisito fundamental de uma democracia viva”,⁵⁹ ou seja, não se pode esperar ou exigir de um desempregado que seja um “cidadão atuante” se não possui sua sobrevivência e a de sua família garantidas.

A conclusão é a de desmantelamento do sistema:

Como vimos, o que foi aqui pensado em conjunto se desmonta. De todo modo, em todas essas dimensões se percebe que a sociedade do pleno emprego é a pré-condição necessária da sociedade, da sociedade industrial, do “welfare state”, do Estado social, da democracia parlamentar. Isso também se pode detectar nas dificuldades dos partidos políticos de entrarem na discussão sobre a possível diluição e as mudanças estruturais da sociedade do trabalho, porque eles precisam seguir usando a retórica do “emprego para todos” se quiserem parecer confiáveis aos eleitores.⁶⁰

A vinculação entre capitalismo e democracia terminou, diante da crise daquele, por gerar uma legião de excluídos, colocando em risco o próprio sistema democrático.

⁵⁸ Ibidem, p. 14.

⁵⁹ BECK, Ulrich. Liberdade ou capitalismo. São Paulo: UNESP, 2000. p. 162.

⁶⁰ Ibidem, p. 163.

3.4 A quebra de uma equação básica

A lógica do sistema capitalista reside na redução dos custos de produção para tornar os produtos competitivos no mercado e, via de conseqüência, gerar aumento nas vendas e nos lucros. Tal regra foi maximizada em razão do progresso tecnológico e teve como um dos resultados o desemprego. Isso levou ao pensamento, com apoio na teoria marxista, de que o aumento do denominado exército de reserva e a redução salarial dos empregados levariam à conseqüente diminuição do número de consumidores, o que, por via reflexa, atingiria o próprio sistema.

O contraponto liberal afirmava que esse ciclo era um mal necessário no sentido de gerar uma prosperidade econômica global. Para esse pequeno e seletivo grupo, composto de grandes corporações, a Era da Informação significa uma produção sem precedentes a custos reduzidíssimos, mercados unificados e ganhos espetaculares.⁶¹

O procedimento dominante nos países industrializados também era tido como infalível. Novas tecnologias geram uma maior produtividade com a redução de custos e produtos baratos, situações que determinariam um aumento do poder aquisitivo, a expansão do mercado e, por fim, a geração de novos empregos. Porém, a realidade demonstra que houve a quebra dessa lógica do capital e da indústria em relação aos empregos. A velocidade da evolução tecnológica, em que a máquina substitui o homem e realiza seu trabalho com maior perfeição e rendimento, faz com que o número de empregos eliminados não seja recuperado através dos postos de trabalho gerados pela nova tecnologia. Nessa evolução, pode-se constatar que, historicamente, a humanidade passou da condição de escrava para meeira e, atualmente, para desempregada. Até mesmo direitos sagrados dos trabalhadores, como a greve, foram destruídos pela automação. Chegou-se ao ponto, denominado

⁶¹ CHOMSKY, Noam; MITCHEL, Peter R.; SCHOEFFEL, John (Org.). *Para entender o poder*: o melhor de Noam Chomsky. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 94: “Em nossa sociedade, acontece que o real poder não está nas mãos do sistema político, mas nas mãos da economia privada: é aí que se tomam as decisões sobre o que é produzido, quanto é produzido, o que é consumido, onde ocorrem os investimentos, quem tem empregos, quem controla os recursos naturais, e assim por diante.”

por Rifkin, “paradoxo da produtividade”, quando o *just in case* do fordismo foi substituído pelo *just in time* do toyotismo, eliminando-se o estoque de mercadorias. Com isso surgiu também o emprego *just in time*, cujas empresas utilizarão os trabalhadores somente quando e se precisassem.

Para o grupo dos desempregados, que tende a subir diariamente, o avanço tecnológico é um pesadelo, representa a insegurança, a exclusão do processo econômico, a desesperança, a impotência para modificar algo, ou, como diz Rifkin, “são os párias da aldeia global”.

É nesse ponto que se deve refletir sobre uma nova identidade do indivíduo frente à sociedade pós-industrial. Se até então tinha-se o trabalho, que se inclui a espécie emprego, como centro da sociedade, em que as vidas eram sincronizadas com os relógios e imperativos dos empregadores, o que pode ser feito daqui para frente? Arendt alerta, em seu livro *A condição humana*, que uma das peculiaridades da era moderna foi a eliminação da distinção entre trabalho e obra humana, pois o primeiro não seria produtivo, a exemplo do escravo na Antiguidade, e a segunda seria produtiva, como a atividade do artesão. A situação já havia sido descrita desde os anos 60 pela mesma autora, ou seja, de que “trabalho se esgotou na sociedade do trabalho”.⁶² A densa afirmativa já continha um caráter visionário e comporta várias constatações:

- a) o homem ocidental, ao eleger e racionalizar o trabalho fragmentado, dividido, e voltado ao mercado como o centro de sua sociedade, deixou de lado outras atividades anteriormente importantes, tais como as ligadas à política, à cultura e à solidariedade;
- b) há a ocorrência de um círculo vicioso, no qual o trabalho se anula constantemente no consumo de seu próprio produto;
- c) a sociedade do trabalho está perdendo a substância que lhe dá sentido, qual seja, o próprio trabalho;

⁶² Hannah Arendt apud BECK, op. cit., p. 160. “Dou tanta relevância a isso porque, na verdade, atualmente vivemos uma situação que já nos anos 60 Hannah Arendt descreveu com sua fórmula ‘o trabalho se esgotou na sociedade do trabalho’ [...] A idéia básica que Hannah Arendt a isso vincula é a seguinte: o centro do significado da sociedade do trabalho, não é eliminado pela racionalização; ele se dissolve, perde a substância que lhe dá sentido. E a sociedade do trabalho já não sabe o que fazer consigo mesma, não tem nenhuma alternativa, sobretudo por ter abandonado as alternativas históricas. Ou seja, o trabalho produtivo não se esgotou na sociedade do trabalho produtivo. Porém, pode-se dizer que estamos no fim da sociedade do pleno emprego no sentido clássico que, particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, ficou inscrita nas Constituições da sociedade européia e na OCED como princípio fundamental da política.”

- d) em razão da perda de seu objeto, Arendt afirma que a sociedade do trabalho já não sabe o que fazer consigo mesma, principalmente por ter descartado alternativas históricas;
- e) o trabalho produtivo não se esgotou na sociedade do trabalho produtivo, porém, estamos no fim da sociedade do pleno emprego.

Dentro desse quadro de incertezas é inevitável um questionamento básico, simples e direto, que subsiste, no mínimo, desde os primeiros “vapores industriais”,⁶³ habitando as consciências, e que foi muito bem sintetizado por Beck.⁶⁴

Por que há, por um lado, um grupo de ricos que se tornam cada vez mais ricos e cuja riqueza não se justifica pela atividade, e sim pela extração do capital, e por que existe, por outro, um grupo que, por mais que esperneie, se torna cada vez mais pobre e já não consegue mais se integrar à sociedade?

A questão não deve ser encarada como uma provocação, haja vista que é embasada em fatos concretos. Superadas as etapas da guerra fria; sepultadas as tentativas de implantação do comunismo,⁶⁵ as quais também poderiam ser classificadas como “categorias-zumbis”; derrubados os muros da irracionalidade; anunciada a vitória ocidental-capitalista sobre nossa terra-pátria; proclamada a nova e falsa aldeia global virtual, ainda assim a miséria humana nunca esteve tão alastrada. Não se trata de eleger culpados, mas de identificar causas e soluções para o problema.

3.5 A (in)seguridade social

A preocupação da humanidade com a insegurança, o imprevisto, enfim, com o futuro, remonta ao período em que se tornou *homo sapiens sapiens*. Se nos

⁶³ FERNANDES; Thaisy Perotto. *Ensaio de arqueologia juslaboral: da Antiguidade aos vapores industriais*. Artigo apresentado em 2/6/2006, na Disciplina de Direito Coletivo do Trabalho, ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Gomes Chiarelli, na Universidade de Caxias do Sul – RS.

⁶⁴ BECK, op. cit., p. 163.

⁶⁵ GRAY, John. *Cachorros de palha: reflexões sobre humanos e outros animais*. Rio de Janeiro: Record, 2005. “Quando o comunismo se esboroou, a maior parte dos russos sonhava com nada mais do que juntar-se ‘ao Ocidente’. Sua recompensa foi serem tratados de maneira pior do que os poderes do eixo no final da Segunda Guerra Mundial. Desde que rejeitou o maoísmo – na tentativa de refazer o país segundo um modelo soviético, ou seja, ocidental – a China tem mostrado um decidido desprezo por conselhos ocidentais. Como resultado, a China é celebrada pelo Ocidente como um paraíso de estabilidade econômica e bom governo.”

primórdios a regra era a ação como mero instinto selvagem, no sentido de armazenar bens e objetos - “como um esquilo escondendo suas nozes” - para garantir o futuro e enfrentar períodos de adversidade, verifica-se que, atualmente, a grande maioria da civilização tem de recorrer a outras formas e métodos para terminar seus dias com relativa e ilusória tranqüilidade. Criou-se, então, a idéia de seguridade social, que abarca, no ordenamento jurídico brasileiro e em tantos outros, a previdência social, assistência social e a saúde.

Ocorre que as relações de trabalho, em especial as de emprego, estão intimamente ligadas à questão da seguridade social. Como aspecto de identidade pode-se apontar, inicialmente, que ambas as atividades, via de regra, estão destinadas a garantir a sobrevivência do indivíduo e de seus dependentes, se existentes. A primeira forma (atividade laboral) é empregada em função da presença do perfeito vigor físico, intelectual, emocional e psicológico. A outra forma (seguridade social) destina-se a manter a pessoa em casos emergenciais (doença, acidente, desemprego, etc.) ou quando não for mais possível o exercício do trabalho (aposentadoria). Além disso, sabe-se que a imensa maioria dos sistemas de seguridade social capta recursos em atividades ligadas ao trabalho, a saber: contribuições do próprio trabalhador, das empresas, produtores rurais, associações desportivas, contribuições sociais e sobre o lucro, entre outras.

A grande questão que se põe, e que é objeto de inúmeras análises de juristas, economistas, sociólogos, políticos e que preocupa a esmagadora maioria dos países, se refere aos inevitáveis reflexos da crise do trabalho sobre a seguridade social. Ulrich Beck expõe o problema da seguinte forma:

O trabalho produtivo e a participação no mercado de trabalho são os pré-requisitos básicos do Estado do bem-estar e da seguridade social. Por exemplo, o sistema de aposentadoria pressupõe o trabalho produtivo e o pleno emprego. Somente sob a condição em que toda a população economicamente ativa esteja integrada, ou seja, de que todos se encaixem no modelo do pleno emprego, é que a geração mais jovem pode financiar a aposentadoria da mais velha. À medida que um desses pressupostos se altera essencialmente, por exemplo, se, em virtude da queda da taxa de natalidade, a geração mais jovem diminui consideravelmente, ou se o número de empregados se reduz e o número de anos de aposentadoria a serem financiados aumenta por causa da expansão da expectativa de vida, o conjunto do sistema previdenciário entra em crise.⁶⁶

⁶⁶ BECK, op. cit., p. 162 e 162.

Talvez um dos problemas que mais preocupe o indivíduo é o que está ligando à questão previdenciária, ou, mais especificamente, a aposentadoria. Novamente vem à tona uma questão básica: como, num sistema de crise e desemprego estruturais, garantir um padrão de vida digno ao cidadão em sua aposentadoria?

A questão é complexa e envolve uma multiplicidade de variáveis e fatores de diversas ordens. O economista de Cambridge, John Eatwell, em análise reproduzida em conceituada revista de economia afirmou:

O crescimento da razão entre população aposentada e força de trabalho deu início ao debate sobre como as aposentadorias são financiadas. Na sua forma mais crua, esse tem sido o debate entre, por um lado, Regime de Repartição (RR) e, por outro, Regime de Capitalização (RC). Um esquema do tipo RR é um esquema público no qual impostos são cobrados com o objetivo de prover a transferência do poder de compra para os aposentados. O direito de receber aposentadoria é essencialmente um direito político, cujos termos são garantidos pelo Estado – o que não significa dizer que o Estado não pode subseqüentemente alterar os termos sob os quais essas aposentadorias são providas. A transferência de bens e serviços da força de trabalho para os aposentados é bem transparente. Um arranjo do tipo RC para aposentadorias pode ser gerido pelo setor público, embora esses sejam tipicamente esquemas do setor privado. Sob o Regime de Capitalização o indivíduo poupa durante sua vida, adquirindo, assim, um estoque de ativos financeiros que podem ser usados no futuro para comprar bens e serviços, seja realizando os ativos, seja comprando uma apólice de uma empresa de previdência privada. O direito de receber uma aposentadoria é um direito financeiro, possuído pelo indivíduo – embora o valor desse direito dependa de uma variedade de circunstâncias econômicas, como as condições de mercado de ativos financeiros, taxas de juros e taxas de inflação.⁶⁷

Dessa forma, o mesmo economista trata o problema através da relação representada por intermédio da seguinte equação: $PN=(S+T)YW$, onde “PN” seria o total das aposentadorias pagas a cada ano, “S” representa a propensão média a poupar, “T” a alíquota média de impostos e YW o valor total do fluxo de bens e serviços.

⁶⁷ EATWELL, John. A anatomia da crise da previdência. In *Econômica – Revista da Pós Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense*. Vol. 4, nº2, dezembro de 2.002. p. 182.

Ocorre, porém, que a forma como são calculadas as aposentadorias, bem como o seu modo de financiamento, só influenciarão nos valores das variáveis, haja vista que a crise do sistema previdenciário, bem como de toda a seguridade social, está atrelada à decadência do próprio sistema laboral como um todo:

Os problemas ocasionados pelas dificuldades que enfrentam os sistemas públicos de previdência são generalizados e não estão restritos ao setor público. Essas dificuldades podem ser explicitadas através de um modelo simples. Esse modelo demonstra que as variáveis-chave na “crise” das aposentadorias são a taxa de crescimento da população aposentada, a taxa de crescimento da força de trabalho, a taxa de crescimento da produtividade, a taxa de crescimento do valor real da aposentadoria média e uma média ponderada das taxas de crescimento dos impostos e da taxa de poupança. A maneira pela qual as aposentadorias são financiadas é importante apenas na medida em que influencia os valores destas variáveis. Portanto, as mesmas questões fundamentais surgirão qualquer que seja a forma de financiamento das aposentadorias.⁶⁸

Não se ignora, por outro lado, outros fatores que contribuem para a crise da seguridade social, tais como o aumento da expectativa de vida da população, a malversação de verbas públicas, a corrupção, promessas eleitoreiras, entre outros. Registra-se, ainda, que apesar dessa situação se constituir na regra geral na maior parte dos países, existem exceções onde há o funcionamento perfeito tanto da previdência social como da assistência social e do setor da saúde.

Conclui-se, pois, que juntamente com a ilusão do pleno emprego, o sistema de seguridade social também pode ser incluído no rol das categorias “mortas-vivas”, visto que sua decadência decorre do próprio esgotamento do sistema capitalista.

3.6 O anacronismo jurídico

Todo esse contexto de crise e desgaste também gerou conseqüências para o ordenamento jurídico, notadamente o Direito do Trabalho. O desemprego

⁶⁸ Ibidem, p.182.

estrutural, a crise econômica mundial e a evolução tecnológica fizeram com que as leis reguladoras das relações de trabalho ficassem desatualizadas:

A crise econômica ocorrida na Europa em 1973 e agravada em 1979 – mercê da elevação dos preços do petróleo – provocou o surgimento de novas formas de contratação, geradoras de relações de trabalho atípicas: o contrato por tempo determinado deixou de ser exceção, admitindo-se várias formas de contrato a prazo; aposentadorias antecipadas; contratos de substituição; emprego partilhado; várias formas de teletrabalho, ou trabalho a distância, etc. Com o aprofundamento da crise econômica, passou-se a falar do trabalhador que tem um emprego fixo como de um privilegiado. A realidade demonstra que há, de fato, três setores de mercado de trabalho: um setor primário hiperprotegido; um setor secundário precário, porém legalizado; e um setor desprotegido, que atua em uma zona de não-direito.⁶⁹

Ainda que se saiba que o Direito do Trabalho é um dos ramos da ciência jurídica em que as mudanças ocorrem com maior celeridade, mesmo assim, face à diversidade e velocidade dos fatos econômicos e sociais, há a necessidade de uma revisão nos princípios e conceitos. Deve-se ter em conta que por mais que se queira preservar os benefícios conquistados pelos trabalhadores ao longo dos anos, adotando-se posturas protecionistas, ainda assim o desemprego estrutural continuará aumentando. De nada adianta leis que garantam e ampliem os direitos trabalhistas se a realidade aponta para a gradativa extinção dos postos de trabalho.

O fenômeno da globalização fez com que houvesse a internacionalização da economia, surgindo a denominada flexibilização dos direitos trabalhistas. Esta, conforme o enfoque adotado, tanto pode significar a redução do rigor de determinadas leis trabalhistas para incrementar o setor produtivo e o desenvolvimento econômico, ou pode representar a força do poder capitalista na diminuição dos direitos trabalhistas no sentido de manter e aumentar seus expressivos ganhos:

Segundo prelecionou Orlando Teixeira da Costa, “a flexibilização é o instrumento ideológico neoliberal e pragmático de que vêm se servindo os países de economia de mercado, para que as empresas possam contar com mecanismos capazes de compatibilizar seus interesses e os de seus trabalhadores, tendo em vista a conjuntura mundial, caracterizada pelas rápidas flutuações do sistema

⁶⁹ ROMITA, op. cit., p. 390.

econômico, pelo aparecimento de novas tecnologias e outros fatores que exigem ajustes inadiáveis.”⁷⁰

Paralelamente a isso surge também a desregulamentação, que consiste na retirada da proteção estatal aos direitos trabalhistas, privilegiando a autonomia dos contratantes, de forma individual ou coletiva, para que decidam autonomamente sobre seus direitos, obrigações e condições de trabalho. Observe-se que na flexibilização subsiste o controle estatal sobre os direitos dos trabalhadores.

É digno de registro a situação ocorrida no ordenamento jurídico brasileiro, referente à ampliação de competência da justiça do trabalho, através da modificação do artigo 114 da Constituição Federal de 1988. Ocorre que desde a Constituição Federal de 1934 até a Carta de 1967, à justiça do trabalho competia dirimir conflitos entre empregados e empregadores. Com a constituição cidadã, houve uma modificação no texto, passando a justiça do trabalho a ter competência para conciliar e julgar contendas entre trabalhadores e empregadores. Posteriormente, com a Emenda Constitucional 45 de 30 de dezembro de 2.004, o artigo 114, inciso I, passou a atribuir à justiça especializada processar e julgar as ações oriundas da relação do trabalho. A alteração é sintomática e decorre, parafraseando Ricardo Antunes, das novas morfologias das relações de trabalho. Ora, sendo o contrato de emprego, no dizer de Arion Sayão Romita, um privilégio ao trabalhador, dada sua raridade, como se justificaria uma estrutura judicial dispendiosa para tratar dessa espécie em extinção? Por outro lado, a eventual extinção da justiça do trabalho não seria mais um avanço do neoliberalismo no sentido de remover barreiras para a diminuição dos encargos trabalhistas no custo de seus produtos? E, por fim, atrair para a justiça do trabalho milhares de processos que antes estavam sob os cuidados da justiça comum, não teria a intenção de desvirtuar sua verdadeira vocação e até mesmo desmoralizá-la em razão de uma sobrecarga paralisante?

3.7 A degradação ambiental

⁷⁰ Apud VIANNA, Segadas; MARANHÃO, Délio; SÜSSEKIND, Arnaldo; TEIXEIRA, Lima. *Instituições de Direito do Trabalho*, 21. ed. São Paulo: LTr., 2003. p. 205.

Uma das conseqüências mais graves da industrialização foi e continua sendo a degradação ambiental. Em nome do antropocentrismo, racionalismo e do individualismo, a espécie humana passou a agir e pensar de forma destacada da natureza, ou seja, de modo arrogante e pretensioso com vistas a dominá-la e destruí-la. Note-se que o problema não deve ser ideologizado, atribuindo-se toda responsabilidade do dano ecológico ao sistema capitalista, pois mesmo em países socialistas ou comunistas isso também ocorre. Basta lembrarmos o lamentável episódio da usina de Chernobyl na extinta União Soviética.

Por outro lado, deve-se evitar a abordagem apocalíptica e panfletária, desprovida de estatísticas científicas confiáveis, que adota como regra a crítica inconseqüente e sem fundamentos.

A deterioração do meio ambiente tem como origem diversos fatores comportamentais a serem observados. O assunto é estudado com profundidade por Walter H. Corson⁷¹, que relata cinco indicadores causais do problema:

- a) O crescimento insustentável da população; significa dizer que a explosão demográfica está *diminuindo a capacidade a longo prazo, da Terra, de suportar a vida*;
- b) A pobreza e a desigualdade, ou seja, *acesso desigual a fatores como terra, alimentação, moradia, educação, emprego e poder político*;
- c) A agricultura insustentável; que significa a utilização de métodos de produção elevada em curto espaço de tempo, que geram danos ambientais e perdas, a longo prazo, da produtividade natural;
- d) O uso da energia insustentável, ou seja, *o uso ineficiente, que gasta as fontes de energia não renováveis, lança materiais prejudiciais nos cursos de água, e causa de florestamento e outros danos ambientais*;
- e) A produção industrial insustentável; que pode ser entendida como *a produção ineficiente que desgasta dos recursos primários, produz efluentes prejudiciais à água e causa outros danos ambientais*, sendo que isso reflete na destruição de fontes de energia, minerais e água, além da poluição desta e do ar.

⁷¹ CORSON, Walter H., *Manual Global de Ecologia*. São Paulo: Augustus, 1996. p. 06.

O mesmo autor aponta, ainda, as oito principais conseqüências dos fatores acima indicados, a saber:

- a) A não-satisfação das necessidades humanas básicas, tais como água, limpa, alimentos, abrigo, cuidados médicos, educação e emprego;
- b) Extinção das plantas e animais e do seu habitat;
- c) Degradação da terra pela erosão, desertificação e perda da fertilidade do solo;
- d) Esgotamento da energia e dos minerais não-renováveis;
- e) Esgotamento das águas doces, subterrâneas e de superfície;
- f) Poluição da água por contaminação química e por bactérias;
- g) Poluição do ar nos centros urbanos, por deposição ácida, destruição da camada de ozônio, produção de gases estufa;
- h) Conflitos e guerras.

Note-se que todas as causas e conseqüências acima apontadas guardam relação direta com o desenvolvimento industrial e o modo de vida decorrente do mesmo. A idéia desenvolvimentista e de crescimento econômico sem limites gerou graves problemas ambientais e, por outro lado, teve sérios reflexos no denominado meio ambiente do trabalho⁷². Ocorre que é no espaço laboral que as pessoas passam o maior tempo de suas vidas, e esse deveria ser hígido, ou seja, imune a fatores nocivos à saúde. O inter-relacionamento entre trabalho, empresa e meio ambiente, foi intensificado em razão do crescimento econômico, motivo pelo qual passou a merecer maior preocupação de todos, conforme relata Almir Pazzianotto Pinto:

Por outra vertente, a influência do trabalho no ambiente é algo de inequívoco, pois “é exatamente no desenvolvimento de atividades com objetivos econômicos que o ser humano mais agride natureza e meio ambiente, gerando desequilíbrios ecológicos que acabam por

⁷² NALINI, José Renato, *Ética Ambiental*. Campinas: Millenium, 2003. p. 212: “Não deixa de ser cultural o denominado meio ambiente do trabalho, conceituado como o local onde as pessoas desempenham suas atividades laborais, sejam remuneradas ou não, cujo equilíbrio está baseado na salubridade do meio e na ausência de agentes que comprometam a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores, independente da condição que ostentem (homens, mulheres, maiores ou menores de idade, celetistas, servidores públicos, autônomos etc.).”

refluir contra ele próprio, causando-lhe, inicialmente, desconforto, depois trazendo doença e, a partir de determinado nível, transformando-se em fator de risco à sobrevivência geral”.⁷³

Conclui-se, pois, em relação ao capítulo, um entrelaçamento de fatos geradores que determinaram a crise do sistema capitalista, que atualmente não tem concorrentes, e a necessidade de uma revisão de objetivos e, principalmente, de referenciais éticos.

4 PERFIS DO AMANHÃ

Mas, afinal, após as constatações dos capítulos anteriores, qual será o futuro do homem, do mundo, do trabalho, do emprego e das relações laborais? Os escritores que se ocupam do tema podem ser divididos em grupos. Existem aqueles que, como Domenico De Masi, afirmam que na Era da Informação haveria uma fusão entre o trabalho e o lazer. Edgar Morin, através do pensamento complexo, prega uma mudança de paradigmas e da necessidade de uma nova ética. Outros,

⁷³ Apud NALINI, José Renato, *Ética Ambiental*. Campinas: Millenium, 2003. p. 213.

como Jeremy Rifkin, prevêem um “repouso eterno para a classe trabalhadora”, ou como André Gorz, que constata um “adeus ao proletariado”. István Mészáros oferece a escolha entre o socialismo ou a barbárie (“se tivermos sorte”). Ricardo Antunes apresenta sua teoria sobre as novas morfologias do trabalho e Ulrich Beck fala sobre a necessidade de uma “modernização reflexiva”. O contato com esses pensadores é indispensável para que se possa formar opinião própria.

4.1 Rótulos sociais

A atualidade é caracterizada pela necessidade de rótulos e de expressões instantâneas. Isso pode ser explicado pela alta velocidade dos acontecimentos gerada pela tecnologia, demonstrado também que se trata de um subproduto da própria fase industrial. Verifica-se, pois, ter-se expressões como “pós-industrial”, “pós-fordismo”, “pós-moderno”, “desindustrialização”, “reindustrialização”, “hipermodernidade”, “turbo-capitalismo”, que muitas vezes são utilizadas sem que se saiba exatamente o que significam, se é que alguém sabe... Eis o alerta luminoso a nos chamar a atenção contra embustes intelectuais! Note-se que o desgaste do sistema capitalista, em que o consumismo e o culto ao descartável foram elevados à enésima potência, também gerou pseudoteorias e pseudo-intelectuais que passaram a ser aceitos, consumidos e difundidos.

A prova disso foi obtida por Alan Sokal e Jean Bricmont, ambos professores de Física, sendo relatada no livro *Imposturas Intelectuais: a abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos*.⁷⁴ A estratégia adotada não era original, mas foi eficaz.⁷⁵ Durante muitos anos, os autores referidos reagiam com indignação contra determinados intelectuais americanos, oriundos das ciências sociais e humanidades, que cultuavam o pós-modernismo e renegavam a tradição racional do Iluminismo, além da utilização da terminologia científica e a transposição das idéias das ciências

⁷⁴ SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuais: o abuso das ciências pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁷⁵ O expediente utilizado por Sokal não é original, lembrando-se episódio similar ocorrido na cidade de Porto Alegre – RS, no início do século XX, onde foi feita, de forma proposital, uma exposição de “arte moderna” composta por peças sem qualquer valor artístico. Os comentários de alguns críticos e da própria imprensa foram altamente elogiosos, ainda que os pretensos artistas sequer existissem...

naturais para as ciências sociais. Decidiram, pois, como forma de comprovar tal impropriedade, escrever um artigo pretensamente sério e lógico, mas propositadamente eivado de absurdos e incongruências, intitulado “Transgredindo as fronteiras: em direção a uma hermenêutica transformativa de gravitação quântica”. O estudo foi enviado a uma revista cultural americana da moda e, para surpresa do subscritor, foi publicado em edição especial como forma de rebater críticas aos pensadores pós-modernistas e construtivistas sociais. Após a revelação da farsa, o pior estava por vir, eis que o pseudo-artigo foi elaborado com citações de intelectuais franceses e americanos. O truque gerou constrangimento e desconforto no mundo pós-moderno, ainda mais que, posteriormente, no livro acima relacionado, o tema foi ampliado e aprofundado.

Certamente, com isso não se quer dizer que o pós-modernismo é uma farsa, ou então que a arte moderna e contemporânea seria um engodo. Porém, o episódio serve de alerta para ter-se cuidado com as imposturas intelectuais. Por outro lado, deve-se ter cuidado também com a rejeição cega de tudo o que for novo e estranho à cultura tradicional.

O registro acima é necessário, uma vez que o título da presente dissertação utiliza a expressão *pós-industrial*. Tal expressão foi popularizada por um sociólogo de Harvard, Daniel Bell, bem como por Alvin Toffler e Peter Drucker, os quais a utilizavam no sentido de mostrar a evolução histórica da sociedade agrária para a industrial e, posteriormente, para a pós-industrial, que teve como causas o choque da crise do petróleo, o fim do otimismo herdados da década de 60 e o questionamento sobre os limites do crescimento. Kumar, em sua obra *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*, sistematiza o problema afirmando que a teoria pós-industrial, na realidade englobaria três outras: a da sociedade de informação (tradição liberal progressista), o pós-fordismo (visão marxista) e a sociedade pós-moderna. Portanto, a associação da expressão com a sociedade de informação é inevitável: “A sociedade pós-industrial é uma sociedade de informação, como a sociedade industrial é uma sociedade produtora de bens.”⁷⁶

Por fim, deixa-se claro que a expressão *pós-industrial*, neste trabalho, não tem o significado da sociedade criada depois e como resultado da Revolução Industrial do século XVIII, mas é utilizada em relação à sociedade que está

⁷⁶ BELL apud KUMAR, op. cit., p. 21.

sucedendo a industrial, ou seja, exatamente o contexto que vivemos: avanço tecnológico, desemprego estrutural, automação, robótica, imperialismo econômico, globalismo, desesperança, aumento da miséria humana, “Choque de Civilizações”, individualismo contemporâneo, “A Era do Vazio”, degradação ambiental, entre outras características.

4.2 O ócio e a criatividade

De Masi, em seu livro *O ócio criativo*, propõe um novo modelo social em que haveria uma concomitância de atividades na vida das pessoas, mesclando-se o trabalho com o estudo e o lazer. Diferentemente da era industrial, onde havia uma separação das diversas atividades do ser humano, a nova sociedade será caracterizada pelo tempo livre: “Foi a indústria que separou o lar do trabalho, a vida das mulheres da vida dos homens, o cansaço da diversão.”⁷⁷ De Masi acredita que se a sociedade industrial fundava-se na razão, a pós-industrial retornará à emotividade, visto que “emoção, fantasia, racionalidade e concretude são os ingredientes da criatividade”, e o resultado “*será uma sociedade de tipo andrógino*”. Como exemplo de sua teoria, o autor indica o carnaval brasileiro, pois “se confluem e se misturam, suavemente, produção de sentido com produção de riqueza, alegria com aprendizado, pluralismo com identidade”.⁷⁸

A teoria de De Masi é atraente e tendo como origem a desilusão com a sociedade industrial que era fulcrada única e exclusivamente no trabalho, e que abandonou alternativas ligadas à criatividade e à intelectualidade. Efetivamente, em determinados setores empresariais, pode-se observar que o trabalho, o lazer e o estudo são desenvolvidos de forma simultânea, a exemplo de empresas de publicidade e propaganda, ou das que desenvolvem *software* para computadores. Da mesma forma, alguns profissionais liberais podem realizar suas atividades sem sair de casa, passando a conviver mais com a família. Todavia, esse quadro pode ser apropriado para países do denominado primeiro mundo, ou então na sede de algumas empresas e de alguns setores da economia para um número restrito de

⁷⁷ DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. p. 147.

⁷⁸ Ibidem, p. 320.

peças. Mas, como ampliar o alcance do ócio criativo para as pessoas com baixo poder aquisitivo, com famílias numerosas, de baixa instrução, que não têm suas necessidades básicas satisfeitas (habitação, educação, alimentação)? Além disso, deve-se observar que o avanço tecnológico não repõe os postos de emprego na mesma quantidade em que foram eliminados. Certamente, De Masi não ignora tais fatos, porém não deixa claro como os menos favorecidos integrarão o ócio criativo.

Outro ponto a ser questionado é a indicação do carnaval brasileiro como exemplo de organização e da simbiose entre trabalho, lazer, alegria e produção de riqueza. A beleza plástica carnavalesca é inquestionável; porém, salvo melhor juízo, sua estrutura apresenta os mesmos vícios e contradições da sociedade industrial. Problemas como a corrupção nos resultados, envolvimento de atividades ilícitas (narcotráfico, jogos ilegais), domínio e patrocínio de grandes grupos econômicos, hedonismo, individualismo e promoção pessoal são comuns. Ademais, se poderia questionar a manipulação de pessoas pobres no carnaval, como as massas de operários: “massa de manobra”.

4.3 O pensamento complexo

Uni o que é completo e o que não é, o que concorda e o que discorda, o que está em harmonia e o que está em desacordo.

(Heráclito)

Edgar Morin, pensador francês, é o autor da teoria do pensamento complexo, que é criada a partir de três outras teorias: cibernética, dos sistemas e da informação. Através de sua obra máxima, *O Método*,⁷⁹ escrita em quatro volumes, Morin expõe que é necessária uma reorganização do pensamento através da observância de outros dois princípios básicos: o avanço das idéias em razão das contradições e dos antagonismos, utilizando-se os princípios dialéticos e a idéia marxista do *homem genérico*, que não separa a natureza da cultura, e a substituição da dialética pela dialógica.

⁷⁹ MORIN, Edgar. *O Método: a natureza da natureza* (I). 3. ed. Portugal: Biblioteca Universitária; Publicações Europa-América, 1999.

O termo *complexo* é utilizado pelo autor na acepção original – *complexus* –, que significa aquilo que é tecido em conjunto. Assim, para o pensamento complexo, o homem é entendido não só como *homo sapiens sapiens*, ou seja, unicamente como um ser sistemático e racional. Para isso é acrescentado o sufixo *demens*, que representa o aspecto imprevisível e descomedido dos seres humanos. A idéia é ampliada no sentido de que todo homem é *homo complexus (faber, loquax e symbolicus)*, ou seja, está inscrito numa longa ordem biológica que evoluiu até a atualidade, sendo também produtor de cultura. Em suma, o homem é um ser unidual, cuja essência é natureza e cultura.

Dessa forma, o homem deve ser entendido como um operador dialógico e não dialético, unindo, mas sem sintetizar, aspectos que parecem estar separados: a razão e a emoção, o real e imaginário, as ciências e as artes, a razão e os mitos, entre outros. Morin introduz também a idéia de que o homem deve ser operador holográfico e da recursividade, sempre no sentido da idéia de totalidade, sem dissociar-se a parte do todo.

A teoria do pensamento complexo não despreza o uso da razão, porém rejeita a idéia do racionalismo e da racionalização (razão-ídolo), porque tudo na vida seria guiado pela razão, descartando-se os imaginários por sua falta de cientificidade.

O autor formula, ainda, a idéia do tetragrama organizacional, constatando que qualquer sistema vivo é guiado pela ordem (regularidade), desordem (emergências), interações (imprevistos) e reorganização.

Por fim, a soma do tetragrama, com a idéia de que somos operadores da dialogia, do holograma e da recursividade, forma a base fundamental do pensamento complexo.

A teoria de Morin é consistente e, apesar de críticas oriundas de setores mais tradicionais das ciências e da cultura em geral, representa uma resposta positiva e otimista frente ao contexto pós-industrial da atualidade. Entender o homem na sua totalidade, inclusive na sua irracionalidade (*demens*), não significa aprovação de atos insanos porventura praticados pelo mesmo, ou então aceitar-se uma relativização ética e moral frente ao mundo. O autor fala da necessidade de ter-se uma identidade planetária, desenvolvendo quatro tipos de consciência: antropológica, que reconhece a unidade na diversidade; ecológica, ou seja, dar-se

conta da emergência do planeta Terra; cívica terrena, exercida pela solidariedade e a espiritual da condição humana.

Disso tudo decorre um ponto central na teoria da complexidade, qual seja, a necessidade de uma ética do gênero humano, denominada de *antropo-ética*, que consiste na consciência da inter-relação entre indivíduo, sociedade e espécie e o constante trabalho para a humanização da humanidade, com o desenvolvimento da ética da solidariedade e da compreensão.

Na verdade, a dominação, a opressão, a barbárie humanas permanecem no planeta e agravam-se. Trata-se de um problema antropo-histórico fundamental, para o qual não há solução *a priori*, apenas melhoras possíveis, e que somente poderia tratar do processo multidimensional que tenderia a civilizar cada um de nós, nossas sociedades, a Terra.⁸⁰

Não se trata de princípios assistencialistas que suavizariam os efeitos da ética do lucro e do poder sobre a humanidade e o planeta. Trata-se, efetivamente, da mudança de pressupostos no próprio pensamento humano, especialmente dos cientistas que deveriam abandonar o manto da neutralidade do conhecimento. Os reflexos desse pensamento nas relações de trabalho seriam impactantes, haja vista que deveria existir sempre um inter-relacionamento entre o indivíduo, a sociedade e a espécie.

4.4 Repouso eterno à classe trabalhadora

Estamos entrando em uma nova era de mercados globais e de produção automatizada. A estrada para uma economia quase sem trabalhadores está à vista. Se essa estrada leva a um porto seguro ou a um terrível abismo depende de como a civilização deve se preparar para a era pós-mercado que virá logo após a Terceira Revolução Industrial. O fim do trabalho poderia significar a sentença de morte para a civilização, como a conhecemos. O fim do trabalho poderia também sinalizar uma grande transformação social, um renascimento do espírito humano. O futuro está em nossas mãos.⁸¹

⁸⁰ MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8. ed. São Paulo: Cortêz, 2002.

⁸¹ RIFKIN, op. cit., p. 290.

Jeremy Rifkin, com seu aclamado *O fim dos empregos*, é presença indispensável para todos aqueles que pretendem abordar tema semelhante, eis que fornece diversos dados estatísticos para corroborar e fortalecer sua tese, além de analisar a evolução histórica das Revoluções Industriais. O autor alerta que o “desemprego epidêmico” mundial tem, como causa mais profunda, os “surto dramáticos de produtividade”, derrubando, assim, a antiga lógica de que a tecnologia que proporciona aumento de produtividade extinguirá empregos mas criará outras novas funções em seu lugar. Acontece que as novas tecnologias permitem um incremento significativo na produção com a redução, também significativa, dos trabalhadores.

O fenômeno atinge não só o setor industrial, mas todas as áreas das atividades humanas, inclusive a agricultura. Nesse particular, Rifkin dedica capítulo específico, intitulado “O fim do agricultor”, narrando casos de fazendas comandadas totalmente por computadores: *softwares* agrícolas avaliam as condições do solo e mudanças meteorológicas; a agricultura robotizada permite que máquinas autoguiadas ministrem pesticidas nas plantações; robôs colhedores de frutas podem analisar se o fruto está maduro através de “sensores de cheiro”, que conseguem “julgar” seu amadurecimento em até um dia; animais são tosquiados por um robô cuja precisão supera a mão humana, além de eliminar salários e encargos trabalhistas. Situação semelhante ocorre na “agricultura molecular” através da engenharia genética, com a manipulação de genes, quando cientistas almejam “organizar a vida como um processo de fabricação”. A situação é preocupante e tende a agravar o desemprego estrutural colocando milhões de pessoas no desespero, visto que embasaram suas vidas até então na ilusão do pleno emprego. Inevitável, por conseguinte, o aumento de desajustes familiares, alcoolismo e drogas, e uma escalada da criminalidade nunca antes vista, o que ocorre em todo o globo. Tudo isso, continua Rifkin, terminou por gerar uma nova pirâmide social em seu país (Estados Unidos), onde o “rico tornou-se super-rico na década de 80, representado por 0,5% da população”; logo em seguida pode-se encontrar os denominados trabalhadores do conhecimento, que são analistas simbólicos altamente treinados, que gerenciam essa nova economia da alta tecnologia, composta por 4% da população, e, abaixo desta, está a classe que se pode denominar de elite do setor do conhecimento (engenheiros, analistas de *software*, pesquisadores em biotecnologia, consultores financeiros, entre outros), que

representa 16% da população. E o restante da população? Não se pode admitir esse “preço do progresso” em que milhões de pessoas, com a velocidade vertiginosa da globalização, passem a ser tratadas como subprodutos ou resíduos da modernidade.

Enquanto milhões de pobres nas zonas urbanas e rurais definham na pobreza e um número crescente de assalariados urbanos com renda média sente a mordida da reengenharia e o impacto do deslocamento tecnológico, uma pequena elite de americanos, trabalhadores do conhecimento, empreendedores e gerentes de corporações colhem os benefícios da nova economia global *high-tech*. Desfrutam um nível de vida próspero, distante do tumulto social ao seu redor.⁸²

Qual a saída apontada por Rifkin? Ao responder à pergunta, o autor chama a atenção ao fato de que as grandes modificações sociais estiveram sempre ancoradas à descoberta de novas formas de energia, exemplificando com o carvão e a energia elétrica no século XIX, e a utilização do petróleo e o motor de combustão interna no século XX: “Saltos qualitativos no nível de empregos sempre ocorrem durante períodos da história em que novos regimes energéticos se estabelecem e novas estruturas complementares são lançadas”.⁸³ Nessa lógica, o autor prevê um novo regime energético, representado pelo hidrogênio, e a tecnologia das células combustíveis com o abandono dos combustíveis fósseis. Acredita que o impacto dessa mudança criará milhões de empregos, eis que o hidrogênio, por ser abundante na natureza e menos poluente, passará a ser amplamente utilizado no mundo. Por outro lado, como forma de aumentar o número de empregos nesse novo regime energético, há a necessidade da redução do horário de trabalho, com a adoção da semana de 35 horas, “uma semana mais curta significa que mais gente pode ser mantida nas folhas de pagamento”.⁸⁴ O procedimento já foi adotado na França, sendo que o governo, para assegurar a competitividade das empresas, utilizou fundos advindos de impostos sobre o tabaco e o álcool para subsidiar a remuneração dos trabalhadores, além de reduzir os encargos de seguridade social para os empregadores. O autor aponta, por fim, o terceiro setor – atividades formais

⁸² RIFKIN, op. cit., p. 181.

⁸³ Ibidem, introdução, p. XXVII.

⁸⁴ Ibidem, introdução, p. XXXI.

e informais sem fins lucrativos da sociedade civil –, como elemento para aumentar os empregos e preencher a ausência do Estado em diversas áreas: “O terceiro setor é o antídoto para um mundo cada vez mais definido em termos estritamente comerciais”.⁸⁵ Rifkin prossegue afirmando que “o terceiro setor é, com efeito, uma economia paralela”, cuja missão “é gerar capital social e não capital de mercado”.

O pensamento de Rifkin está longe de ser uma cartilha apocalíptica. Não há, porém, como não ficar preocupado após a leitura do *Fim dos empregos*. O questionamento surge nas soluções apontadas pelo economista, uma vez que tem como suporte fático os países desenvolvidos. Ocorre que a alternativa do Terceiro Setor, pelo menos em nosso país, soa como um paliativo para encobrir a ineficiência estatal em determinadas áreas. Como controlar, no terceiro mundo, o nepotismo, a corrupção, o desvio de verbas, o clientelismo, as promessas eleitoreiras e o cumprimento das finalidades propostas de tais organizações? De onde seriam captados os recursos para tais investimentos, haja vista as dificuldades econômicas do Estado?

O autor comenta alternativas, tais como o pagamento de um salário social para a população menos favorecida, como substituto da previdência social, ou, ainda, mediante a troca de serviço comunitário no terceiro setor.

De toda a reflexão feita por Rifkin, pode-se observar que, enquanto não houver uma modificação da ética capitalista por uma ética social, todas as alternativas sugeridas serão paliativas, transitórias, de pouca eficácia. Não seria necessária a adoção de princípios marxistas ou socialistas; porém, o capital deveria pagar um tributo maior à sociedade que o financiou. Lembra-se que, no nascimento do capitalismo, na Inglaterra, foi necessário o rompimento com a tradição consuetudinária, dando-se à propriedade uma nova conotação que estava vinculada com sua produtividade, surgindo a filosofia do *melhoramento* e do *cercamento*. Por mais utópico que pareça, talvez seja necessária uma nova ruptura, mas agora em favor do todo social, abandonando-se a cultura individualista, consumista e hedonista. Motivos para isso não faltam, a iniciar-se pela degradação do meio ambiente e o risco da destruição do planeta.

4.5 “Barbárie, se tivermos sorte”

⁸⁵

Ibidem, introdução, p. XXXVII.

A dramaticidade e a força do subtítulo advêm do pensamento de István Mészáros.⁸⁶ Se alguém alimentava a idéia de que com a derrocada política do comunismo no planeta os pensadores marxistas abandonariam seus princípios, houve engano crasso. O autor, discípulo de Luckács, parafraseou Rosa Luxemburgo que apontou para o dilema que a humanidade teria de enfrentar: “socialismo ou barbárie”. Crítico da denominada “terceira via”, Mészáros não se ilude com a proposta e diz que significa unicamente a “aceitação submissa da ordem dominante” de um sistema falido sem indícios de resultado positivo para a humanidade:

Muitos dos problemas que teremos de enfrentar – desde o desemprego estrutural crônico até os graves conflitos econômicos, políticos e militares internacionais indicados acima, e até a destruição ecológica generalizada observada por toda parte – exigem ação combinada em futuro muito próximo. A escala temporal dessa ação talvez possa ser medida em algumas décadas, mas certamente não em séculos. O tempo está se esgotando. Assim, somente uma alternativa radical ao modo estabelecido de controle da reprodução do metabolismo social pode oferecer uma saída da crise estrutural do capital.⁸⁷

A saída apontada pelo autor é a de um movimento socialista radical, justificando a alternativa em quatro considerações:

- a) as contradições do próprio sistema – a globalização não seria a solução desses contrastes e muito menos seria salvação do sistema capitalista, pois aciona forças que nem mesmo este pode controlar, o que acentuaria ainda mais sua crise;
- b) a possibilidade de uma evolução positiva dos acontecimentos – a hipótese, segundo Mészáros, “é muito real por a relação entre capital e trabalho ser não-simétrica”, ou seja, o capital depende absolutamente do trabalho, mas este “não está condenado a continuar eternamente preso no círculo vicioso do capital”;
- c) o confronto entre capital e trabalho deve ser conduzido de maneira diferente – o autor constata que o sindicalismo, durante toda sua história,

⁸⁶ MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 108.

sempre foi setorial e defensivo, o que levou o movimento dos trabalhadores a um beco sem saída. Porém, afirma categoricamente que “a verdade desagradável hoje é que se não houver futuro para um movimento radical de massa, como querem eles, também não haverá futuro para a própria humanidade”;

- d) necessidade de uma igualdade substantiva – esse deve ser o princípio estruturador e regulador entre capital e trabalho. A igualdade formal vigente no sistema é eticamente reprovável, eis que concentra as decisões nas mãos do capital e inviabiliza o modo socialista.

O discurso socialista de István Mészáros pode parecer anacrônico, ultrapassado e inviável, porém, sua extensa, profunda e sólida argumentação, contida principalmente nas obras *Para além do capital*⁸⁸ e *Poder da ideologia*,⁸⁹ é fortalecida em função do sucesso do sistema capitalista para uma das partes e seu fracasso para outra.

Entende-se, porém, que não se deve agir de forma fundamentalista, sob pena de haver uma visão distorcida da realidade, haja vista que tudo será adequado em função de uma ideologia. Esse agir também pode conter uma dose de intransigência e barbárie, pois não admite a hipótese de que o outro não possa ser como ele, “enquanto ser homem é sempre poder ser o outro”.⁹⁰

O argumento que, no entanto, chama especial atenção, se refere à relação não simétrica entre capital e trabalho, ou seja, o primeiro dependeria do segundo, mas a recíproca não é verdadeira. À primeira vista, se utilizada a lógica capitalista, bem como se atentar para o crescente desemprego estrutural e tecnológico, o argumento parece falho. Porém, deve ser lembrado que o sistema capitalista, na sua gênese agrária, teve como fator principal o surgimento da economia de mercado baseada no arrendamento de propriedades, sendo que somente mais tarde é que o trabalho assalariado passou a ter significado; o argumento nos parece aceitável. Assim, vê-se que é possível a existência do trabalho fora da economia de mercado, a exemplo do que já acontece com determinada classe de trabalhadores, tais como

⁸⁸ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Ed. da Unicamp; Boitempo, 2002.

⁸⁹ MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁹⁰ WOLF, Francis. Quem é bárbaro? In: NOVAES, Adauto (Org.). *Civilização e Barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

profissionais liberais e atividades no terceiro setor. Trata-se de uma alternativa e de um novo caminho, o que nos reporta novamente a Thurow:

Colombo consta na história como o maior explorador do mundo, talvez o homem mais famoso da história, porque ele descobriu algo completamente inesperado, as Américas, e aconteceu que elas estavam cheias de ouro. A moral da história é que é importante ser inteligente, mas é ainda mais importante ter sorte. Mas Colombo não teve sucesso porque tinha sorte. Ele teve sucesso porque fez o esforço de partir numa direção nunca antes seguida, a despeito de muita resistência daqueles que o cercavam. Sem aquele enorme esforço, ele não poderia ter estado em posição de ter uma boa sorte colossal. Com a mesma persistência e disposição para tentar o desconhecido, comecemos nossa jornada.⁹¹

Discorda-se, pois, da previsão de Mészáros – “*barbárie, se tivermos sorte*” – uma vez que existem alternativas que surgem do eterno devir (Heráclito), que, atualmente, é a transição permanente. Registra-se que a afirmativa não é embasada num otimismo exagerado, em concepções neoliberais, ou até mesmo na idéia do determinismo histórico, mas advém dos fatos concretos e de suas possíveis conseqüências, os quais serão aprofundados no próximo capítulo.

4.6 Outros perfis

Destaca-se, ainda, de forma mais resumida, alguns pensadores que refletiram sobre o mundo pós-industrial, apresentando alternativas originais e viáveis.

Ricardo Antunes, em *O caracol e sua concha*,⁹² que enfrenta o tema do trabalho frente ao mundo moderno, contesta a teoria de sua finitude e afirma que haveria, na realidade, uma nova morfologia ou polissemia do mesmo. Apesar da destrutividade do capital e do mercado, ampliando sobremaneira o desemprego estrutural, o trabalho ainda seria o centro do mundo contemporâneo, porém com novas formas: trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris, *part-time*, proletários rurais, “bóias-frias” entre outros:

⁹¹ THUROW, op. cit., p. 414).

⁹² ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Então, compreender a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos meios de produção. Nessa (nova) morfologia da classe trabalhadora, sua conformação é ainda mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada do que aquela que predominou nos anos de apogeu do taylorismo e do fordismo. É nesse novo mundo multifacetado do trabalho, com sua nova morfologia, que poderemos ainda encontrar os agentes centrais dos novos embates e das ações sociais que emergem na contemporaneidade.⁹³

O autor denomina a classe trabalhadora como a *classe-que-vive-do-trabalho*, entendendo que não deva ser compreendida apenas como os operários de fábricas do século passado, mas deve englobar a totalidade dos trabalhadores: assalariados, proletariado rural, os trabalhadores precarizados, os desempregados.

Ricardo Antunes, que tem inegável influência marxista e das idéias de Mezsáros, afirma que o trabalho permanecerá como referencial econômico, psicológico, cultural e simbólico.

Ulrich Beck, juntamente com Giddens e Lash, desenvolveram a idéia da “Modernização reflexiva”,⁹⁴ que significaria “a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial”, quando “o sujeito dessa destruição criativa não é a revolução, não é crise, mas a vitória da modernização ocidental”.⁹⁵ A teoria se reporta a afirmativa de Marx, de que o capitalismo seria seu próprio coveiro. Por outro lado significa que uma mudança implica na radicalização da modernidade que irá dissolver a sociedade industrial e formar uma nova modernidade.

Em relação ao período de transição vivido na sociedade pós-industrial os autores observam:

Um cético poderia perguntar: não há nada novo aqui? A vida humana não foi sempre marcada pela contingência? O futuro não foi sempre

⁹³ Ibidem, p. 52.

⁹⁴ GIDDENS; Anthony; BECK; Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.

⁹⁵ Ibidem, p. 12.

incerto e problemático? A resposta para cada uma dessas perguntas é “sim”. Não é que atualmente nossas circunstâncias de vida tenham se tornado menos previsíveis do que costumavam ser; o que mudou foram as origens da imprevisibilidade. Muitas incertezas com que nos defrontamos hoje foram criadas pelo próprio desenvolvimento do conhecimento humano. A explicação para este estado de coisas não é encontrada – como frequentemente se pensa – no ceticismo metodológico do conhecimento moderno, embora ele se já importante. O principal fator envolvido é exatamente a reflexividade institucional, um termo que eu preferi à modernização reflexiva. Modernização reflexiva tende a implicar uma espécie de “conclusão” da modernidade, o vir à tona de aspectos da vida social e da natureza que estavam anteriormente adormecidos.⁹⁶

A existência humana, efetivamente, sempre foi marcada pela incerteza, todavia, na atualidade pode-se verificar que os períodos de estabilidade não existem mais, sendo que a transição passou a ser permanente. O quadro é incerto, inseguro e urgente, sendo que é necessária uma postura de reconstrução do futuro sob pena de aprofundamento dessa crise que tem contornos sociais, econômicos, éticos e existenciais.

⁹⁶ Ibidem, p. 220.

5 REPENSANDO E REFLETINDO O FUTURO

Pelo que se pode observar, as questões relativas ao capital e o trabalho estão inseridas num contexto de disputa de controle e poder, em que a ciência, que está a serviço de seus patrocinadores e mantenedores, instrumentaliza e proporciona ganhos significativos a pequenos grupos e se serve de uma grande maioria para alcançar esses objetivos.

Será que esses conflitos mais particularizados – capital contra trabalho; capitalismo e socialismo; brancos e negros; indústria e meio ambiente; ciência e religião; tradicional e contemporâneo; erudito e popular; direito natural e positivismo; direita e esquerda; individual e coletivo; homem e mulher; árabes e judeus; tonal e atonal, entre outros – não estão abarcados por um dilema que aflige o homem desde seu primeiro lampejo de reflexão nesse infinito e pequeno planeta azul, qual seja, o bárbaro e o civilizado que habitam o corpo, a alma e o coração de um mesmo indivíduo?

Por outro lado, suplantados os limites de tempo e espaço, proporcionados pela tecnologia, em que foi criada uma dimensão virtual, por que não admitir-se uma identidade e nacionalidade planetárias? Não poderia a globalização ter um alcance social bem mais expressivo ao invés de ser primordialmente uma ferramenta de grandes grupos econômicos?

Pode ser que a saída esteja em admitir-se, ainda que por necessidade, que todos os homens são *shipmates* – companheiros de bordo – angustiados pela presença de augúrios nada animadores, mas que, nessa transição, é necessário localizar sinalizadores, tais como os Fogos de Santelmo.

5.1 O mito da neutralidade na busca do conhecimento

Caminhamos cautelosamente entre a Esfinge e o Unicórnio.

(Roger Shattuck)

O assunto tem importância vital para as relações de trabalho, haja vista que o avanço tecnológico é apontado como o principal causador do desemprego

estrutural e, para alguns, gerando até mesmo do fim dos empregos. Rifkin alerta que se os expressivos ganhos econômicos proporcionados pela tecnologia não forem compartilhados com a parcela menos favorecida da população, teremos, fatalmente, uma revolução social e política em escala global.⁹⁷ Atualmente, o homem não reconhece limitações à sua liberdade e ao direito de saber, situação que tem como amparo o preceito aristotélico: “Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer.” (Metafísica – Livro A, 1). Ocorre, porém, que a História é pródiga em exemplos onde essa falta de limites desencadeou trágicas conseqüências.

Pode-se começar por lembrar os episódios das bombas atômicas lançadas no Japão. Evidentemente que o contexto da Segunda Grande Guerra Mundial era grave e merecia atitudes enérgicas, ainda que não se tivesse conhecimento da total extensão do genocídio judaico. Albert Einstein chegou a remeter carta ao presidente Roosevelt, em que alertava sobre a necessidade da construção de uma arma poderosa, como forma de bloquear o avanço nazista. Formado o projeto Manhattan, perfeição científica, tecnológica e empresarial; fabricada e detonada a bomba, viu-se que o mundo nunca mais seria o mesmo, pois foram ultrapassados todos os limites do horror e da insanidade, colocando dúvidas sobre a racionalidade do homem. Um dos físicos coordenadores do projeto, J. Robert Oppenheimer, em conferências proferidas após o término do conflito, não conseguia disfarçar seu sentimento de culpa, chegou a afirmar que “os físicos conheceram o pecado; e esse é um conhecimento que não podem esquecer”.⁹⁸ É curioso, para um cientista, a utilização da palavra *pecado*. Mais tarde, em conversa com Truman, o mesmo cientista declarou: “*Senhor Presidente, minhas mãos estão manchadas de sangue.*”⁹⁹

Mais recentemente, temos outro “empreendimento” denominado *Projeto Genoma*, em que um dos criadores (Walter Gilbert) chegou a afirmar que se trata do Graal da genética humana, “*a resposta final ao mandamento: Conhece-te a ti mesmo*”. Ainda que se trate de um projeto civil, sabe-se que é impulsionado por interesses econômicos, sendo que as declarações antes referidas demonstram a

⁹⁷ RIFKIN, op. cit., p. 13. “No entanto, se os dramáticos ganhos de produtividade da revolução tecnológica não forem compartilhados, mas, sim, usados principalmente para melhorar os lucros da empresa, para o benefício exclusivo dos acionistas, dos altos executivos e da emergente elite dos trabalhadores com conhecimento da alta tecnologia, é bem provável que a lacuna cada vez maior entre os que têm e os que não têm levará a uma revolução social e política em escala global.”

⁹⁸ SHATTUCK, Roger. *Conhecimento proibido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 176.

⁹⁹ Idem.

ambição, a soberba e falta de humildade do homem perante a natureza (Deus para alguns) e perante seu semelhante.

Nas duas situações, pode-se concluir que é difícil aceitar a idéia da neutralidade na busca do conhecimento. A distinção entre conhecimento científico puro, como busca desinteressada da verdade, e aplicado, onde surge a tecnologia, soa como retórica destinada a amortecer a consciência relativa a erros do passado. Ainda que algum cientista pense na forma pura, ou seja, o conhecimento pelo conhecimento, poder-se-ia qualificar tal postura como ingênua ou, mais precisamente, como irresponsável. Ocorre que, nesse período pós-industrial, o conhecimento adquiriu lugar de destaque e prevalência, além de uma valoração econômica sem precedentes, não sendo admissível ou até mesmo crível essa conduta.

Cabe refletir-se sobre os reflexos do conhecimento científico, mais propriamente a tecnologia, nas relações de trabalho e, principalmente, como fator decisivo no aumento do desemprego. Sabe-se que a ciência, que tem como origem a curiosidade humana e como mola propulsora o retorno econômico, é imune a limites; todavia, preceitos éticos devem ser estabelecidos. Mas cabe perguntar por que existe um sentimento de culpa em relação às vítimas das armas nucleares, mas nenhum resquício de remorso em relação ao aumento da criminalidade, ao consumo de drogas, ao alcoolismo e suicídios, gerados também pela redução de empregos cuja causa principal é o avanço tecnológico? Seria uma postura semelhante a de Perseu, que fora orientado a não dirigir seu olhar para a Górgona, sob pena de ser petrificado, e utiliza o subterfúgio de fitar a Medusa por meio do reflexo produzido em seu escudo, conseguindo, dessa forma, decapitar o terrível monstro. Explica-se a comparação. A temível criatura significa o conhecimento proibido, ou aquilo que não é permitido conhecer, seja em razão das graves decorrências que advirão dessa descoberta, seja em virtude do despreparo; Perseu personifica a curiosidade e desobediência humanas, engendrando um artifício que lhe permite uma revelação reflexa e, portanto, distorcida e incompleta, e que o convence que não está desobedecendo nenhum preceito ou mandamento superior. A manobra sub-reptícia utilizada pela personagem funciona como um torpor confortável para sua consciência.

Assim, pode-se pensar que não é dado aos operadores do conhecimento tecnológico o direito de ignorarem os efeitos de seus inventos sobre a grande

maioria da massa humana. Não se trata de uma postura *ludista*, na acepção tradicional, em relação à ciência e à tecnologia, ou da intenção de retorno aos tribunais da Inquisição, mas de uma mudança de paradigmas na qual figurem como pressupostos a preservação planetária e a dignificação dos seres humanos. Aliás, em relação ao luddismo, movimento em que operários ingleses (1811) eram acusados da quebra de máquinas, como forma de garantir seus empregos, Chomsky faz importante registro:

Vejam, os luddistas são sempre acusados de terem querido destruir a máquina e a maquinaria, mas sabe-se no meio acadêmico, há muito tempo, que isso não é verdade – o que eles realmente queriam fazer era evitar que eles próprios fossem desespecializados, e Noble fala disso em seu livro. Os luddistas não tinham nada contra as máquinas em si mesmas, não queriam simplesmente destruí-las, eles queriam que fossem desenvolvidas de modo a incrementar suas habilidades e seu poder, e não aviltá-los e destruí-los – o que, é claro, faz perfeito sentido. E esse sentimento percorre todos os movimentos da classe operária do século XIX, na verdade – e pode-se vê-lo até os dias de hoje.¹⁰⁰

Impende observar que o mesmo conhecimento que permite ao homem a manipulação genética, a nanotecnologia e a inteligência artificial é incapaz de eliminar a mortalidade infantil por inanição e é ineficiente para a geração de empregos ou de algum substitutivo eficaz. Não se argumente que a concretização desses projetos depende de políticas governamentais ou da intervenção de organismos internacionais. A recente invasão do Iraque mostrou que, a exemplo do Império Romano, o poderio econômico e a supremacia bélica conferem poderes quase absolutos a determinadas nações, ignorando, inclusive, reprimendas de órgãos supranacionais e apelos de outros países. A ineficiência estatal gerou as Organizações Não-Governamentais, que atuam de forma incipiente mas eficaz, na sua grade maioria, em áreas sociais e ambientais. O ponto comum entre os dois exemplos é o agir imediato e independente; o diferencial é o conteúdo ético e moral.

Shattuck lembra Francis Bacon, exprimindo a idéia de que a ciência age como uma esfinge, por ser “um monstro potencialmente perigoso que tanto ocupa os lugares elevados do conhecimento, como infesta as estradas para desafiar os

¹⁰⁰ CHOMSKY; MITCHEL; SCHOEFFEL, op. cit., p. 349.

mortais com perguntas cruéis”. Não devemos esquecer, continua o filósofo, que, no entanto, a “Esfinge foi subjugada por um aleijado; pois os homens em geral caminham depressa demais e com muita afoiteza para solucionar os enigmas”. Após, conclui dizendo que “se a Esfinge representa a ciência em sua forma mais atraente, é preciso que encontremos coragem para resistir a seus desafios enigmáticos, para domesticá-la, e não sermos devorados por ela”.¹⁰¹

É efetivamente o que ocorre na atualidade. Diariamente a Esfinge tenta a humanidade com enigmas irresistíveis, sendo ela sabedora que a vaidade, o orgulho e a fome de poder dos homens fará com que sejam aceitos todos e quaisquer desafios, sem que haja uma reflexão preliminar isenta e aprofundada. Atingir os picos mais altos; desvendar as profundezas abissais; descobrir novas rotas e caminhos; subjugar a natureza, o mais forte, o mais veloz; fazer o que nunca foi feito antes, entre tantos outros, são, na maioria das vezes, conquistas individuais. Os desafios sociais, porém, ficam relegados a plano secundário.

Mas por sorte, arremata Shattuck, temos uma criatura bela e misteriosa que contrasta com a Esfinge, trazendo “da selva uma pureza indefinível”, mas ainda é um ser “sem história, sem identidade plena”. Trata-se do Unicórnio que “pode vir a representar o novo reino ao qual atribuímos os poderes espirituais e de redenção que anteriormente pertenciam à religião: o reino da arte”:

A Esfinge e o Unicórnio chegaram muito perto – de nós e um do outro. De sua união incipiente surgem modos vertiginosos de existência, que vão da realidade virtual à engenharia dos genes e à destruição mútua assegurada. “Depois de tal conhecimento, haverá perdão?”, essa é a pergunta angustiada que T. S. Eliot faz em *Gerontium*, incitando-nos a observar com atenção os contornos de conhecimento proibido e da experiência proibida, tanto entre os antigos como nos dias de hoje, no panorama mutável que habitamos. Chegou o momento de pensar com a mesma intensidade em limites e liberação. Caminhamos cautelosamente entre a Esfinge e o Unicórnio.¹⁰²

Essa proposta é a pedra fundamental para o início do novo relacionamento do homem com sua curiosidade. A capacidade humana para desvendar o funcionamento do universo deve estar a serviço do bem-estar da humanidade e do

¹⁰¹ Ibidem, p. 314.

¹⁰² SHATTUCK, op. cit., p. 315-316.

planeta. O capital deve continuar a alavancar o desenvolvimento científico, agora, porém, não com o interesse de investimento econômico, mas de preservação da vida.

5.2 A civilização e a barbárie

O *outro* não existe: esta é a fé racional, a crença incurável da razão humana. Identidade=realidade, como se, afinal de contas, tudo tivesse de ser, absoluta e necessariamente, um e o mesmo. Mas o outro não se deixa eliminar; subsiste, persiste; é osso duro de roer onde a razão perde os dentes. Abel Martín, com fé poética, não menos humana que a fé racional, acreditava no *outro*, na essencial heterogeneidade do ser, como se disséssemos na incurável outridade que o um padece. (Antônio Machado).

Para que se possa repensar o futuro na busca de novos caminhos e alternativas, faz-se necessária a reflexão dos problemas no contexto em que estão imersos. Se os problemas forem pensados de uma forma particularizada, com atenção exclusiva para suas causas imediatas, mas não originais, corre-se o risco da ineficácia da análise e de suas conclusões. Por outro lado, se a observação for estendida até a gênese de todos os problemas, pode-se pecar pela perda do foco principal e pela abstração inócua. Dessa forma, especificamente em relação ao problema proposto neste trabalho, qual seja, o futuro do trabalho na sociedade pós-industrial, é necessário que se compreenda que ele está inserido num conflito mais amplo e primitivo, comumente designado civilização *versus* barbárie. Se se atentar para o fato de que, historicamente, vários embates da humanidade se deram entre escravos e homens livres, trabalho e capital, ricos e pobres, impérios e colônias, individual e social, fortes e fracos, dominantes e dominados, divinos e hereges, normalidade e insanidade, entre outros, pode-se concluir que, independentemente da categoria que se estiver incluído, e até mesmo num mesmo indivíduo, estará sempre presente a batalha entre o civilizado e o bárbaro.

Deve-se tentar, inicialmente, fazer a diferenciação conceitual dos dois termos, para saber-se quem poderá ser enquadrado numa ou noutra espécie. A questão é complexa e deve ser analisada com profundidade. Como ponto de partida,

deixa-se de lado o tentador maniqueísmo sugerido a partir da própria pergunta, ou seja, pode-se chegar a lugar nenhum se houver a ideologização do problema. Tome-se para análise o atentado às torres gêmeas. Sem sombra de dúvidas, tratou-se de um ato terrorista, com requintes cinematográficos ao melhor estilo do cinema americano. Não há dúvidas, foi um ato bárbaro, praticado por bárbaros e que representa a melhor forma de barbárie pós-moderna. Mas, por outro lado, seria insuficiente resolver-se a questão como uma “luta do bem contra o mal”, ou, ainda, como uma “supremacia da civilização ocidental sobre o Islã”. De outra banda, seria igualmente insuficiente dizer-se que os ataques se justificariam em razão da imposição (ou tentativa) da cultura ocidental, sobretudo em razão do imperialismo norte-americano.

As mesmas questões cabem a outros momentos históricos: grandes guerras mundiais, conflitos entre árabes e judeus, a guerra fria, a ditadura na União Soviética, etc. Por outro lado, como contraponto ao conceito de barbárie, existe dificuldade em falar-se numa única concepção de civilização.

Gray chega a ponto de questionar até mesmo a existência da própria humanidade:

Os humanos são como qualquer outra praga animal. Não podem destruir a terra, mas podem facilmente danificar o ambiente que os sustenta... “Humanidade” não existe. Existem apenas humanos, impulsionados por necessidades e ilusões conflitivas e sujeitos a todo tipo de condições debilitantes da vontade e do julgamento.¹⁰³

A afirmativa é grave, preocupante e plausível. Talvez o que mantenha os seres humanos agrupados, “como qualquer outra praga animal”, é a necessidade de sobrevivência, o medo e a vontade de dominação. Muitas vezes, os atos humanos colocam em dúvida a sua própria racionalidade e diferenciação dos outros animais, a exemplo da degradação ambiental, visto se tratar de espécie que destrói, ou tenta destruir, a moradia de onde retira seu próprio sustento. A postura diante dessa dura realidade não deve ser igual à daquela senhora vitoriana que, ao ter contato com a teoria darwinista, onde se afirma que a diferença que separa os homens dos animais é a mesma que separa os irracionais uns dos outros, declarou: “Descender de

¹⁰³ GRAY, op. cit., p. 28.

macacos! Meu caro, esperemos que não seja verdade, mas se for, rezemos para que não se fique sabendo”.¹⁰⁴ Tratar-se de uma “verdade incômoda”, mas que não pode ser omitida.

O mesmo se pode dizer no referente à noção de civilização. Parece ser difícil falar numa concepção única de civilização, haja vista as diferenças de cultura entre os povos. Ocorre, porém, que se deve apreender os conceitos de *cultura* e de *civilização*, para que seja possível sua diferenciação. Sob o aspecto quantitativo, esta diz respeito a uma extensão geográfica muito grande, a condições históricas significativas, que englobam diversas sociedades, etnias e nações, ultrapassando fronteiras continentais e barreiras do idioma, como a da civilização ocidental. A cultura, por sua vez, é mais particular e localizada, tendo abrangência restrita a um país e até mesmo a uma localidade. Sob o prisma axiológico, no entanto, pode-se verificar que a cultura, ou determinadas práticas culturais, pode ser associada à barbárie, revelando, pois, um viés negativo e reprovável, como, por exemplo, a excisão de meninas no continente africano. No referente ao aspecto valorativo, não se pode admitir o aspecto negativo ao conceito de civilização, pois esta, como diz Wolf, “não é uma cultura específica, é a forma que permite a existência das culturas humanas em sua diversidade e, por conseguinte, em sua coexistência”. Conclui-se, pois, nesse particular, que a civilização é um pressuposto da existência da diversidade cultural.

Quanto ao termo *barbárie*, dada sua polissemia, conforme prossegue Wolf, pode ter, no mínimo, três acepções: um estágio arcaico de socialização, representado por povos grosseiros, sem civilidade; um estágio primário constituído por povos insensíveis ao saber e à cultura e, o pior de todos, um estado pré-humano (ou pós-humano), caracterizado pela perda de qualquer sentimento humanitário e moral. As situações podem ser exemplificadas, respectivamente, pelo canibalismo, pela queima de livros ou pela destruição de monumentos e por genocídios. Note-se, portanto, que é possível a existência da barbárie não só em culturas primitivas ou selvagens, como foi o caso da Alemanha nazista:

Que esse genocídio tenha ocorrido no país de Goethe e Schiller, de Kant e Hegel, de Beethoven e Schubert, ou seja, alguma das sumidades da civilização ocidental, só acrescenta maior horror à

¹⁰⁴ MILNER; Richard. The encyclopedia of evolution: humanity's search for its origins. New York: Facts on File, 1990. (Apud SHATTUCK, op. cit., p. 16-17).

barbárie. Havia, é claro, torturadores nazistas sanguinários e ignorantes. Mas esse não era o perfil predominante. Foi um crime desproporcional, mas cometido racionalmente, industrialmente, por burocratas frios e militares polidos.¹⁰⁵

No que concerne às relações de trabalho, e até mesmo antes do seu surgimento, podem ser constatados atos bárbaros advindos de culturas desenvolvidas, tal como a escravidão existente na Antiguidade clássica. Ainda que se argumente que ela foi necessária para o desenvolvimento da civilização ocidental, é inegável que se tratou de prática bárbara. “Os gregos consideravam legítima a escravidão dos persas, já que não eram gregos, ou seja, civilizados, e eram, portanto, bárbaros. Mas o que é mais bárbaro, desconhecer a retórica ou praticar a escravatura?”¹⁰⁶

Observe-se, ainda, que se pode acrescentar outros sentidos para o termo *barbárie*, peculiares do período industrial, pós-industrial e pós-moderno. Se no exemplo do Reich já havia sido detectada uma sofisticação do horror, e que André Comte-Sponville observou que “o sangue se vê melhor em luvas brancas”,¹⁰⁷ nessa era do vazio podem ser constatadas formas mais aprimoradas ainda. A transição da horda primitiva para a tribo e, posteriormente, para o Estado, fez com que este assumisse o monopólio da violência, da justiça e do poder, num processo civilizatório de pacificação (?) dos conflitos, mas que causou uma diferença substancial nas funções sociais estimuladas pelo individualismo e pela competitividade. Esse contexto gerou, ainda, uma nova conduta psicológica, em que os impulsos e as emoções foram reprimidos e optou-se pela reflexão e decisão racionais. Todavia, a realidade traz exemplos da ineficácia estatal e da modificação das regras no curso do jogo, o que conduz à desconfiança, à desilusão e à revolta. Já foi falado sobre a revitalização histórica do conceito de trabalho e o descarte das alternativas anteriores; já foi mencionada a crise e o fracasso do comunismo e do sistema capitalista, quando o primeiro perdeu mas o segundo não ganhou; a ilusão da promessa do pleno emprego (categoria-zumbi) foi desmistificada; já foi analisada a quebra ou superação da equação consumista, em que o emprego teve seu peso econômico reduzido; já houve reflexão sobre os principais beneficiados com o

¹⁰⁵ WOLF, op. cit., p. 28.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 27.

¹⁰⁷ SPONVILLE apud WOLF, op. cit., p. 28.

avanço tecnológico e, ainda assim não se conseguiu ou não se quis – imitando a conduta da senhora vitoriana – responder à indagação de Ulrich Beck!

Parece, portanto, que a barbárie está incrustada na essência da civilização ocidental. Talvez seja uma situação semelhante ao do Lorde inglês, de cultura e hábitos requintados, mas que se transforma num *hooligan* desumano em eventos esportivos. É inevitável a desilusão com um sistema que, desde a sua origem, prometeu segurança, conforto e qualidade de vida, e que, após auferir lucros inimagináveis, não cumpre sua contraprestação. Como não se frustrar com uma tecnologia que causa o desemprego estrutural e nos dá como migalhas alguns penduricalhos eletrônicos? Como não se revoltar e experimentar a sensação do vazio, vendo as pessoas serem descartadas definitivamente como empregados, trabalhadores, empresários, profissionais liberais e seres humanos? Como não haver desilusão com o fracasso absoluto do socialismo, que mostrou-se igualmente burocratizado, corrupto, perverso e bárbaro? Trata-se, nas palavras de Morin, efetivamente, de uma barbárie derivada da ciência e da tecnologia:

Walter Benjamin viu claramente que havia barbárie na origem das grandes civilizações. Freud viu claramente que a civilização, longe de anular a barbárie recalçando-a em seus subterrâneos, preparava novas erupções dela. É preciso ver hoje que a civilização tecnocientífica, embora sendo civilização, produz uma barbárie que lhe é própria.¹⁰⁸

O individualismo exacerbado, em que o “outro não existe”, mas luta contra sua eliminação; em que a racionalização tenta cegar a racionalidade crítica; em que a civilização somos nós e não eles, não consegue amortecer a consciência humana e exige uma *antropo-ética*, “que consagra o homem como indivíduo e a humanidade como humanidade”;¹⁰⁹ esse é o *osso duro de roer onde a razão perde os dentes...*

5.3 A globalização e a identidade planetária

¹⁰⁸ MORIN; KERN, op. cit., p. 91.

¹⁰⁹ MORIN, op. cit., 1999, p. 227.

Lovelock escreveu que Gaia recebeu o nome da antiga deusa grega da Terra por sugestão de seu amigo, o romancista William Golding. Mas a idéia de Gaia é antecipada mais claramente numa linha do Tao Te Ching, a mais antiga escrita taoísta. Nos antigos rituais chineses, cachorros de palha eram utilizados como oferendas para os deuses. Durante o ritual eram tratados com a mais profunda reverência. Quando terminava, e não sendo mais necessários, eram pisoteados e jogados fora: “Céu e terra não tem atributos e não estabelecem diferenças: tratam as miríades de criaturas como cachorros de palha.” Se os humanos perturbarem o equilíbrio da Terra, serão pisoteados e jogados fora. Os críticos da teoria Gaia dizem que a rejeitam porque não é científica. A verdade é que têm medo e ódio da teoria, porque isso significa que os humanos nunca podem ser nada além de cachorros de palha.¹¹⁰

De tudo o que foi abordado neste trabalho até o momento, não se quer dizer que não exista algo que seja positivo, otimista e promissor, não se trata de um culto ao negativismo e uma conduta niilista cega e parcial que despreza tudo o que lhe passa pela frente.

Toda realidade, independente do rótulo que queiramos adotar – pós-industrialismo, pós-fordismo, pós-modernismo, neofordismo, hipermodernidade, etc. – mostra que o homem, na maior parte das vezes, agiu com soberba e arrogância perante o universo: feito à imagem e semelhança de Deus; a medida de todas as coisas; o único racional; com a ciência foram desvendados os mistérios da vida; os predadores dominantes; a espécie eleita e a única que possui alma; domínio e transformação da natureza; a vida continua após nossa morte física; mares, terras e ares desvendados...

Mas a contradição reside no fato de que a espécie humana, se por um lado é capaz de maravilhas, por outro é incapaz de lidar com suas próprias contradições: a miséria em meio a tanta riqueza; a iminência do colapso ambiental e ecológico; a fome diante da abundância de alimentos; a criação de necessidades artificiais e consumistas nas pessoas; a incapacidade para vencer os inimigos microscópicos; a relativização da ética e a moral.

Evidentemente, trata-se de questões até mesmo de cunho existencial, algumas sem respostas, outras com várias respostas; porém, a solução pode estar numa mudança de paradigmas e no enfoque ético do problema. Cabe à civilização ocidental reconhecer seu fundamentalismo científico, em que a busca dessa

¹¹⁰ GRAY, John. *Cachorros de palha: reflexões sobre humanos e outro animais*. São Paulo: Record, 2005. p. 50.

verdade é tão incerta e provisória quanto qualquer outra forma de conhecimento humano.

Os fundamentalistas religiosos vêem o poder da ciência como a principal fonte do desencanto moderno. A ciência suplantou a religião como fonte de autoridade, mas ao preço de tornar a vida humana acidental e insignificante. Se é para nossas vidas terem algum sentido, o poder da ciência tem de ser derrubado, e a fé restabelecida [...] Os fundamentalistas científicos afirmam que a Ciência é a busca desinteressada da verdade. Mas representar a ciência dessa forma é ignorar as necessidades humanas às quais ela serve.¹¹¹

Reitera-se o pensamento de que o problema do trabalho na era pós-industrial, objeto desta dissertação, é consequência de um contexto que o engloba, conforme relatado em item anterior. Mas tal raciocínio, dada sua amplitude, eis que, em suma, todos os problemas da humanidade remontam a essa causa – civilização e barbárie – pode determinar a inércia e ineficácia na busca de soluções. Por outro lado, se a questão for atacada de forma pontual, insistindo-se na manutenção de um sistema que também representa uma “categoria-zumbi”, através de medidas paliativas, poder-se-ia estar protelando o desfecho de uma crise. O procedimento diante dessas questões tem de partir das seguintes premissas:

a) Qualquer período de transição transmite insegurança e temor.

Em relação aos períodos de transição, Chiarelli constata:

As mudanças, no mínimo, inquietam. Em geral, atemorizam. Especialmente se fruto de descobertas e quando implicam na alteração de procedimentos tradicionais ou de crenças arraigadas. Nada, porém, é mais inquietante, para o homem, do que mutações que atinjam valores e referências, alusivas à vida, em seus dois momentos extremos e decisivos: início e fim.¹¹²

É justamente o que está acontecendo com o trabalho e o emprego, eis que foram eleitos como centro das atividades humanas num sistema que se esgotou e cujo futuro é incerto. Sabe-se, no entanto, que, no passado, o futuro não foi construído, e, no presente, deve haver sua reconstrução.

¹¹¹ GRAY, op. cit., p. 34-35.

¹¹² CHIARELLI, Carlos Alberto. *Fé e ciência: a(s) criação(ões) do homem*. São Paulo: LTr., [2007]. No prelo.

b) Nada irá deter o avanço tecnológico

Seria ingenuidade pensar-se em limites para o avanço da ciência, ou então a instituição de uma espécie de conselho internacional para permitir ou censurar determinada pesquisa científica. Como já comentado, a curiosidade humana não respeita barreiras nem admite a existência de “conhecimentos proibidos”. Em razão disso, a humanidade já experimentou grandes benefícios – cura de doenças, comunicações, transportes, etc. –, porém já foi obrigada a digerir amargas pílulas douradas – ameaça nuclear, genocídios, degradação do meio ambiente, etc. Outro aspecto a ser salientado se refere à velocidade do avanço tecnológico, ou seja, inovações tecnológicas mal são absorvidas pela sociedade e, num curtíssimo espaço de tempo, passam a ser obsoletas e são descartadas por inovações. Conclui-se, portanto, que, estando a vida e a sobrevivência do “pós-homem” atreladas à tecnologia, a certeza que teremos será somente a da permanência da transição.

c) “O ser das coisas é o seu devir”

Heráclito, o filósofo do devir, através de aforismos, diz que nada existe de estável e definitivo na natureza, tudo muda continuamente. O universo obedece a um eterno fluir, sendo que a vida acontece por opostos, contradições e antagonismos (dialética). Tudo no universo é dinâmico, mesmo o que parece estático, como a água de um rio onde o homem pode banhar-se. O eterno devir, mais do que uma regra ou princípio, parece ser um pressuposto da existência do universo, aplicando-se, via de consequência, nos inter-relacionamentos humanos. O período pós-industrial, ou a Era da Informação, acelerou as modificações em todos os setores da vida humana, de tal maneira que não se consegue visualizar períodos de estabilidade. Isso leva à constatação de que o eterno devir é a constante transição. Entende-se, portanto, que as relações de trabalho devem sofrer modificações substanciais, e isso ocorrerá independentemente da vontade humana; porém, isso não se confunde com o determinismo histórico. A História é pródiga em acontecimentos que comprovam o permanente devir na questão laboral: a escravidão foi substituída pela servidão; as corporações de ofício foram eliminadas pelos ideais da Revolução Francesa; os artesãos cederam seu lugar para os operários; a relação de emprego está sendo corroída pelo desemprego estrutural; o

trabalho humano está sendo extinto pela automação; a inteligência natural será vitimada pela inteligência artificial...

d) Deter a mega-morte¹¹³

A expressão é de autoria de Morin e foi utilizada em razão da iminente catástrofe nuclear no período da guerra fria. Se antes a guerra significava a sobrevivência e o ganho do vencedor, com as ogivas nucleares passou a ser entendida como um aniquilamento recíproco. Por outro lado, isso gerou a idéia de que a vida e a morte dos inimigos deveriam ser evitadas. Assim, “o nada surge para abrir a porta à solidariedade vital”.¹¹⁴ O mesmo raciocínio pode e deve ser aplicado aos “efeitos colaterais” gerados pela industrialização, seja no referente à degradação ambiental, seja no que pertine às relações de trabalho. Se antes a luta de classes representava um embate entre capital e trabalho, hoje o aniquilamento da classe trabalhadora e da natureza pode representar a destruição dos detentores do capital. A afirmativa tem relação com o que foi abordado no capítulo II deste trabalho, ou seja, o próprio esgotamento do sistema capitalista, onde a ética e a solidariedade humanas foram as principais perdedoras.

5.4 O Direito como instrumento de mudanças

A Ciência Jurídica, através das suas inúmeras formas de manifestação – lei, doutrina, jurisprudência, costumes, etc. -, pode ser fruto da realidade fática ou pode agir como instrumento de modificação sobre a mesma. Assim, há a necessidade de pensar-se o direito associado a princípios éticos e morais para que ocorra uma mudança efetiva da realidade fática. Não se trata de ideologizar o direito, ou de aplicá-lo de forma “alternativa”, mas de ter-se como ponto de partida a noção de direitos fundamentais:

¹¹³ MORIN; Edgar. *As grandes questões do nosso tempo*. 6. ed. Lisboa, Portugal: Notícias Editorial, 1999. p. 266.

¹¹⁴ Idem.

Fixadas essas premissas, pode-se definir direitos fundamentais como os que, em dado momento histórico, fundados no reconhecimento da dignidade da pessoa humana, asseguram a cada homem as garantias de liberdade, igualdade, solidariedade, cidadania e justiça. Este é o núcleo essencial da noção de direitos fundamentais, aquilo que identifica a fundamentalidade dos direitos. Poderiam ser acrescentadas as notas acidentais de exigência do respeito a essas garantias por parte dos demais homens, dos grupos e do Estado e bem assim a possibilidade de postular a efetiva proteção do Estado em caso de ofensa.¹¹⁵

Se os direitos fundamentais têm como pressuposto o reconhecimento da dignidade da humana, impende, sob pena de imprecisão e abstração, indicar uma definição desse princípio:

...qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável dos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.¹¹⁶

Isso significa, como ensina Sarlet, que em cada direito fundamental há a projeção do princípio da dignidade da pessoa humana o que exige uma proteção contra atos de cunho retroativo, além de uma proteção contra medidas retrocessivas, o que se denomina de proibição de retrocesso.

No que pertine ao Direito do Trabalho o mesmo raciocínio deve ser utilizado. A sociedade pós-industrial, que se caracteriza pela globalização e avanço tecnológico, transformou drasticamente as relações de trabalho, situação que reclama um regramento jurídico atualizado. Não se trata de menosprezar as conquistas do Direito do Trabalho clássico, cujo mérito principal esteve na sua própria ambivalência, ou seja, permitiu a realização do regime capitalista com a utilização da força de trabalho alheia e, por outro lado, protegeu o trabalhador dos excessos dos empregadores.

¹¹⁵ ROMITA, op. cit., p. 36.

¹¹⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 2 ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 74.

Nesse enfoque é que Arion Sayão Romita constata a importância e a dupla função dos direitos fundamentais dos trabalhadores:

O Direito do Trabalho da sociedade pós-industrial gira em torno do eixo do respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores, com a finalidade de implantar o império da dignidade do trabalhador como pessoa humana, como ser que produz em benefício da sociedade. No desempenho dessa tarefa, os direitos fundamentais exercem dupla função: limitam o exercício do poder do empregador no curso da relação de emprego e representam barreira oposta à flexibilização das condições de trabalho mediante negociação coletiva.¹¹⁷

É importante lembrar, ainda, que esse novo regramento jurídico tem de ser dirigido não somente às relações de emprego, mas deve abarcar também, como lembra Ricardo Antunes, essa nova morfologia da classe trabalhadora, que inclui o trabalho precarizado e também os desempregados.

5.5 Os Fogos de Santelmo

All the yardarms were tipped with a pallid fire, and touched at each tri-potential lightning rod with three tapering white flames, each of the three tall masts was silently burning in that sulphurous air, like gigantic wax tapers before an altar.... in all my voyagings seldom have I heard a common oath when God's burning finger has been laid on the ship...
(Herman Melville – *Moby Dick*)

Todos os suportes de madeira foram envergados por um pálido fogo, atingido em cada uma das três extremidades do pára-raios por uma chama branca que corria para a extremidade, cada um dos três altos mastros foram silenciosamente incendiados no ar sulfuroso, como um gigantesco candelabro diante de um altar... Em todas as minhas jornadas eu raramente escutei algo profano quando o dedo fumegante de Deus se debruçou sobre o navio...
(Tradução livre)

O clássico da literatura mundial, *Moby Dick*, de Herman Melville, não deve ser interpretado apenas como um simples romance de aventuras, e isso já é ponto pacífico entre os críticos literários, filósofos, estudiosos ou simples admiradores da obra. A densidade do livro, com forte carga metafórica e alegórica, contendo, ainda

¹¹⁷ ROMITA, op. cit., p. 396.

inegáveis componentes religiosos,¹¹⁸ seduziu todos os seus leitores, fato maximizado pelas versões feitas para o cinema, sendo que uma delas, a de 1956, ainda ecoa de forma perturbadora na mente da humanidade.

Várias passagens do romance são repletas de simbolismos e de uma dramaticidade surpreendentes, entre elas, o início da história, quando um pregador, ao subir no púlpito da Capela dos Baleeiros de New Bedford, entalhado em forma de proa de uma embarcação, faz um sermão embasado em Jonas,¹¹⁹ advertindo que não é dado ao ser humano enfrentar ou querer superar a Deus.¹²⁰

Sem querer-se seccionar a referida obra-prima literária, haja vista que deva ser lida e entendida na sua totalidade, cabe, para efeito deste trabalho, lembrar outro episódio, em que o capitão Ahab, em demonstração de poder e encorajamento aos seus marujos, captura e extingue de forma surpreendente os Fogos de Santelmo, que haviam incidido sobre a embarcação. Atualmente, a ciência explica tal fenômeno;¹²¹ todavia, antes dessa constatação técnica, acreditava-se que os Fogos de Santelmo serviriam de guias ou seriam sinalizadores aos marinheiros da presença do seu patrono religioso (Santo Elmo, ou Santo Erasmo), em situações de proximidade ou término de tempestades em alto-mar. O fenômeno, que também foi referido por Julio César, Charles Darwin, Francis Bacon e Shakespeare, antes de ser “destruído” pelas luzes da ciência, tinha como função precípua advertir para a chegada súbita de momentos de perigo e de incerteza, funcionando como uma espécie de alento àqueles que aguardavam momentos de turbulência e esperavam orientação divina.

Guardadas as devidas proporções, pode-se constatar que situação similar está acontecendo nesta fase da História, com as relações de trabalho e a sociedade

¹¹⁸ CALDAS, Carlos. Elementos religiosos em Moby Dick, de Herman Melville: da (re)descoberta da importância da literatura para o estudo da religião. In: Ciências da Religião – História e Sociedade, São Paulo: Mackenzie, ano 2, n. 2, 2004. O autor é Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo.

¹¹⁹ BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990. Jonas 1:17. “Deparou o Senhor um grande peixe, para que tragasse a Jonas; e esteve Jonas três dias e três noites no ventre do peixe.”

¹²⁰ BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990. Livro de Jó, 1:15, 16, 17, 19. “Só eu escapei para lhe contar o que aconteceu.”

¹²¹ É um fenômeno de eletricidade estática, que é devido ao atrito de grandes massas de ar de diferentes temperaturas em movimento na atmosfera. Esse atrito arranca partículas de materiais condutores, tornando-as carregadas positivamente. Essa superfície com carga elétrica relativamente próxima de uma nuvem, também carregada, apresentará atração/repulsão de cargas elétricas, concentrando-se nas pontas das superfícies. Iremos observar, então, uma chama azulada cintilante. Nas ocasiões de tempestades, o Fogo de Santelmo tem sido observado nas pontas das asas dos aviões, nas pontas dos mastros dos navios e nas pontas de campanários de igrejas.

laboral. Trata-se, efetivamente, de momento de transição, em que as fronteiras globais foram suplantadas pelo avanço tecnológico, aplicando, juntamente com outros fatores, verdadeiro golpe de misericórdia sobre a utopia do pleno emprego. Nesse quadro, a humanidade procura sinalizadores que apontem o norte a ser seguido, uma vez que todos os homens são *shipmates* – companheiros de bordo – angustiados pela presença de augúrios nada animadores.

É vital que haja a localização dos Fogos de Santelmo da sociedade pós-industrial. É inevitável que ocorra a mudança do referencial ético. A pergunta que se segue é óbvia: Mas qual ética? Sabe-se que a ética pode ser definida como “a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”,¹²² ou como a “ciência do que o homem deve ser em função daquilo que ele é” (*Sertillanges*), ou, ainda, como nos ensina o Prof. Victorino Felix Sanson, “*Ética e o estudo das ações humanas livres*”. Sabe-se, também, que a moral é o objeto do estudo ético, de onde advém a antiga discussão entre os adeptos da teoria apriorista e os defensores da teoria relativista. Sabe-se, por fim, que a ética pode ser classificada em diferentes formas – empírica, de bens, formal e valorativa – e de espécies – utilitarista, socrática, kantiana, cristã, entre outras.

O problema surge na escolha da ética a ser seguida; porém, tem-se a certeza de que a existente desde os primórdios da sociedade laboral não tem mais serventia. A realidade justifica a afirmativa: analfabetismo, consumismo, criminalidade, individualismo, inanição, desemprego, degradação ambiental, concentração de riquezas, expansão da pobreza e da miséria, autoritarismo, corrupção, ineficiência estatal, etc. Note-se que não se está afirmando que tais conseqüências sejam exclusivas do capitalismo, pois sabemos que vários desses problemas atingiram países comunistas, como é o caso da China e foi o da União Soviética. Aliás, não se deve esquecer que tais distorções existem também nos países capitalistas, cuja economia é bem-sucedida, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, cujos detalhes nos são fornecidos por Rifkin.

Há a necessidade, ainda, de adotar-se uma ética ambiental, mesmo que isso ocorra em função de aspectos econômicos. Ocorre que é mais econômico preservar a natureza do que degradá-la. Washington Novaes faz alguns questionamentos a respeito do tema:

¹²² VÁZQUEZ; Adolfo Sanchez. *Ética*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 12. (Apud NALINI, José R. *Ética geral e profissional*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 36).

Quanto custa para o poder público no Brasil reparar os prejuízos provocados pelas enchentes – fruto, por sua vez de inadequações no modelo agropecuário, de ocupações de área de risco ou de preservação pelas populações saídas do campo, da deposição nos mananciais de esgotos e efluentes industriais? Qual é o custo do tratamento de doenças geradas pela poluição do ar? Quanto custa tratar as crianças vítimas de doenças veiculadas pela água poluída? Qual é o custo da reposição, por insumos químicos, da fertilidade perdida em 1 bilhão de toneladas que se vão a cada ano no País com a erosão do solo? Quanto se perde com a extinção de espécies, o desaparecimento de recursos genéticos, por causa do desmatamento e queimadas?¹²³

Surge a idéia de desenvolvimento sustentável, ou seja, a tentativa de conciliar-se o progresso (?) com a preservação ambiental. Acontece que tanto a riqueza como a pobreza geram danos ao meio ambiente. Países subdesenvolvidos não possuem condições econômicas para aquisição de tecnologia que preserve as riquezas naturais, sem contar os desmandos perpetrados por seus governantes.

É neste ponto da reflexão que o raciocínio de Freud será adequado para, por primeiro, reconhecer-se o valor, a necessidade do trabalho humano; e, por segundo, levar à conclusão de que é indispensável a adoção de outros padrões éticos. O pai da psicanálise afirma¹²⁴ que o maior impedimento para uma verdadeira civilização é uma “disposição instintiva original e auto-subsistente” para a agressão que habita o interior humano. A civilização, portanto, seria um processo experimentado pela humanidade a serviço de Eros (vida), cujo objetivo é a reunião dos indivíduos formando famílias, raças, povos, nações e, por fim, “a unidade da humanidade”. Todavia, somente o trabalho de Eros não manterá a humanidade coesa, visto que a hostilidade recíproca e atávica, advinda do instinto de morte dos homens, se opõe a esses projetos. Assim, Eros e a morte dividem o domínio do mundo. Freud conclui, dessa forma, que esse é o significado da evolução da civilização, ou seja, a luta entre Eros e a morte: “Nessa luta consiste essencialmente toda a vida, e, portanto, a evolução da civilização pode ser simplesmente descrita como a luta da espécie humana pela vida”.¹²⁵ Ora, se a vida consiste essencialmente na luta da espécie humana pela sobrevivência, o valor do trabalho, antes, durante e

¹²³ Apud NALINI, José Renato, *Ética Ambiental*. Campinas: Millenium, 2003. p. XXX.

¹²⁴ FREUD; Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 2002. p. 81-82.

¹²⁵ FREUD, op. cit., p. 82.

após a sociedade industrial, é revelado e eternizado, pois substituiu formas primitivas de sobrevivência. Trata-se, na verdade, de um embate entre opostos: Eros e Morte; vida e destruição; capital e trabalho. Por outro lado, se for constatado que o capital e o trabalho possam ser faces de uma mesma moeda e que desse embate houve a geração de efeitos indesejados (“mega-morte” [sic] – Morin), é necessária a reversão desse quadro. Assim, reproduzindo a referência de Freud na mesma obra, talvez seja “essa batalha de gigantes que nossas babás tentam apaziguar com sua cantiga de ninar sobre o Céu”.¹²⁶

Em suma, estando capitalistas e obreiros umbilicalmente ligados em razão da necessidade, a adoção de princípios éticos comuns é necessária para a continuidade da espécie.

Por fim, em resposta à questão de qual ética deve ser escolhida, tem-se a dizer que o rótulo é o que menos conta, mas essa ética deve conter, sobretudo, princípios de solidariedade e compreensão, além da consciência unidual do indivíduo, da sociedade e da espécie humana. Morin chama isso de *antropo-ética*; Sócrates e Platão afirmam isso através do verdadeiro conhecimento, da felicidade e do idealismo; Aristóteles indica a justiça como a maior virtude; Cícero nos mostra a ética estoíca (ataraxia) através do respeito a si próprio, ao universo e às suas leis cósmicas; a doutrina cristã prega esses princípios por intermédio do amor, da caridade e da justiça; Kant nos ensina o imperativo categórico; Gandhi ensina a não-violência.

Uma questão pode gerar várias outras. Se o homem sabe como deve agir, por que age de forma diversa? Paulo de Tarso defrontou-se com o mesmo dilema e o registrou na Carta aos Romanos, 7, 14-25:

Sabemos que a lei é espiritual, mas eu sou humano e fraco, vendido como escravo ao pecado. Não consigo entender nem mesmo o que eu faço; pois não faço aquilo que eu quero, mas aquilo que mais detesto. Ora, se eu faço o que não quero, reconheço que a Lei é boa; portanto, não sou eu que faço, mas é o pecado que mora em mim. Sei que o bem não mora em mim, isto é, em meus instintos egoístas. O querer o bem está em mim, mas não sou capaz de fazê-lo. Não faço o bem que quero, e sim o mal que não quero. Ora, se faço aquilo que não quero, não sou eu que o faço, mas é o pecado que mora em mim. Assim, encontro em mim esta lei: quando quero fazer o bem, o que se me depara é o mal. No meu íntimo, eu amo a lei de Deus; mas percebo em meus membros outra lei que luta contra a lei de minha razão e que me torna escravo da lei do pecado que está

¹²⁶

Idem.

nos meus membros. Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de morte? Sejam dadas graças a Deus, por meio de Jesus Cristo, nosso Senhor. Assim, pela razão eu sirvo à lei de Deus, mas pelos instintos egoístas eu sirvo à lei do pecado.

A reflexão de São Paulo é o drama que ocorre na própria condição humana: a escolha para servir a si (egoísmo) ou servir aos outros (amor). Infelizmente, há a predominância do primeiro, o que acaba por perverter as relações sociais, tornando a sociedade desumana, injusta e perversa.

A conclusão de tudo o que foi dito corrobora a análise de Arendt e de Chiarelli,¹²⁷ no sentido de que, se houver o desaparecimento do trabalho, o que viria após seria o próprio trabalho. Se o trabalho “é todo esforço habitual do ser humano ordenado a um fim”,¹²⁸ e se a vida consiste na luta pela sobrevivência, o trabalho sempre será luta, esforço, sobrevivência e, principalmente, vida.

¹²⁷ CHIARELLI, op. cit., 2005, p. 315. “Ele marca nossa personalidade. Assegura-nos uma identidade com que nos conhecemos e com a qual nos reconhecem. É bandeira que carregamos para visualizar nossa dignidade social.”

¹²⁸ Alceu de Amoroso Lima apud CHIARELLI, op. cit., 2005, p. 21.

6 CONCLUSÃO

A epígrafe deste trabalho é um convite à reflexão sobre as obviedades que não se quer enxergar. Da mesma forma, o problema proposto nesta dissertação apresenta conclusões e soluções evidentes. Complexidade não se confunde com burocratização do conhecimento: a primeira significa profundidade e, a segunda, equivale a sofisma. Assim, nesse tecido de acontecimentos, pode-se constatar situações fáticas que tornam as modificações urgentes.

O bárbaro e o civilizado estão presentes no interior de um mesmo indivíduo, sendo que sua projeção para a coletividade, na conformidade do momento histórico, é afluída de diversas formas. Nos primórdios da escalada humana, ser bárbaro era questão de sobrevivência. O meio inóspito e hostil exigia do homem reação física e inteligente, sob pena de sua destruição. O agrupamento de pessoas tornou-se uma forma de proteção, propiciou a perpetuação da espécie, o desenvolvimento da afetividade e também a subjugação do semelhante. A execução do inimigo foi substituída pela escravidão, alternativa prática e útil aos povos mais fortes, o que inaugurou uma era de exploração entre os homens.

Superada a servidão, intensificadas antigas práticas de comércio, monopolizada a violência por intermédio do Estado, surgia a economia de mercado através da agricultura, que mais tarde foi adotada integralmente pela indústria. Tratava-se de uma nova visão do conceito de propriedade, em que foi admitida a ética do lucro, que veio a transformar radicalmente as relações sociais.

Com o capitalismo, a humanidade experimentou um progresso nunca antes visto: grandes invenções, transformação da natureza, aumento da expectativa de vida, entre outros. Mas, nessa era, a civilização também mostrou o que tinha de mais perverso: guerras mundiais, degradação ambiental, possibilidade de destruição da espécie.

As relações de trabalho, em se incluem as de emprego, fazem parte desse contexto bárbaro e civilizado. O trabalho humano que anteriormente era a base da economia capitalista, foi reduzido ao mínimo indispensável, dando-se prioridade ao “poder cerebral”, uma vez que a força física foi superada pelo braço mecânico. A tecnologia aplicada ao trabalho passou a ter um lado positivo para a classe dominante, porém passou a ser um pesadelo para os empregados. Por fim, o

crescimento econômico das grandes corporações não dependia mais da força de trabalho humana.

O problema central, dessa forma, se refere ao futuro da sexta parte da população do planeta, que, atualmente, está desempregada, subempregada ou amarga condições miseráveis. Tal situação tende a agravar-se, principalmente em razão do avanço tecnológico. Ocorre que os patrocinadores das pesquisas científicas, na sua grande maioria, fazem investimentos vultosos à espera de um expressivo retorno econômico. É essa a ética social corrente e aceita pela maioria. Note-se que a escravidão também era admitida como normal durante a Antiguidade, tendo sido superada mais em razão de motivos econômicos do que humanitários. Pelo mesmo motivo, pode-se entender que é chegada a hora de modificar-se a ética capitalista, fundamentando isso no próprio individualismo, ou seja, é necessário deter a “megamorte” (Morin) ainda que isso não ocorra por amor ao próximo ou ao planeta Terra.

É notório que o sistema capitalista contribui expressivamente para o aumento da pobreza e da desigualdade, além de onerar o planeta com a utilização desmesurada dos recursos naturais.

Paralelamente à degradação ambiental, tem-se o aumento da violência. Ocorre que o desemprego estrutural e a falta de perspectivas causam desagregação familiar e social. Tem-se, ainda, um mundo mais violento (Rifkin), voltado para a criminalidade e para o vício. Tal ambiência é perfeita para o ressurgimento de ideologias de segregação. O avanço dessas distorções é inevitável e dificulta, inclusive, o desfrute das riquezas pela classe que as detém.

Optando-se pela identificação social através do trabalho, que agora se mostra insuficiente para promover a dignidade e a sobrevivência de um grande grupo, devem ser encontradas alternativas sob pena de colapso social. Deve ser referido, ainda, que já se detecta a existência de grupos de pessoas de países do primeiro mundo, que optaram por sua exclusão permanente do mercado de trabalho passando a viver às custas do sistema previdenciário oficial.

Efetivamente, o trabalho se esgotou na sociedade do trabalho (Arendt). Dividido, fragmentado e incompleto, o trabalho na sociedade industrial perdeu o sentido, pois gerou riquezas não compartilhadas e foi substituído pela perfeição das máquinas.

Mas essa necessária mudança de referencial ético seria possível ou se trataria de um delírio utópico? Esse questionamento é pertinente e é respondido

através da própria história. Ellen Wood, que defende a teoria da origem agrária do capitalismo, refere que a criação de novas formas e concepções de propriedade envolveu a eliminação práticas consuetudinárias (cercamento e melhoramento). Rifkin lembra que no alvorecer do capitalismo, em função da economia de mercado, nos Estados Unidos, foi necessária a substituição da ética protestante do trabalho, enraizada na poupança e na parcimônia, por uma situação de consumidores insatisfeitos. Nas duas situações podemos concluir que a ética capitalista foi implantada contanto, inclusive, com a colaboração estatal.

Na realidade poder-se-ia argumentar que não se trataria de uma mudança de referencial ético, mas tão-somente a aplicação de alguns princípios já contidos na legislação vigente. Veja-se, por exemplo, a atual Constituição Federal brasileira, onde no artigo 1º é expresso como princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Esses, juntamente com os direitos fundamentais, indicam situações que envolvem conceitos valorativos e éticos, tais como a igualdade, solidariedade, cidadania e liberdade.

O mesmo se pode dizer de determinadas normas constitucionais programáticas, à exemplo do artigo 193 da atual Carta Magna, que estabelece que a ordem social brasileira tem como base o primado do trabalho objetivando o bem-estar e a justiça sociais. Tais normas têm valor jurídico idêntico aos demais preceitos de aplicação imediata, possuindo uma dimensão prospectiva e traçam linhas diretivas que devem orientar os poderes públicos.

Por fim, uma vez que houve a abolição completa dos limites de tempo e de espaço para a expansão capitalista, e que o desemprego estrutural também foi globalizado, há a necessidade de adoção de políticas e de alguma espécie de jurisdição globais, sendo que a manutenção dessa estrutura deveria advir da própria movimentação transnacional do capital. Trata-se de alternativa viável, devendo-se lembrar que até mesmo os países estão se agrupando em forma de blocos abdicando de uma parcela de suas soberanias.

É chegada a hora do sepultamento das “categorias-zumbis” (Beck): pleno emprego, crescimento econômico (para quem?), consumismo, modernidade, capitalismo e comunismo. Qualquer tentativa de mudança deverá passar, obrigatoriamente, pela adoção de princípios éticos que priorizem a coletividade e o meio ambiente. Para isso, não é necessário um novo rótulo, basta recorrer aos já esquecidos, que primavam pelo respeito, pela solidariedade, pela paz e pela

igualdade. A implementação dessa proposta será obrigatória, sob pena de ter-se de concordar com a máxima: “barbárie, se tivermos sorte”. (Mészáros).

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- _____. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11. ed. Perdizes, SP: Cortes Ed. da Editora da Unicamp, 2006.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2002.
- AYMARD, A.; AUBOYER, J.; *Roma e seu império. As civilizações da unidade romana: história geral das civilizações II*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- BATTAGLIA, Felice. *Filosofia do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 1958.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 68.
- BECK, Ulrich. *Liberdade ou capitalismo*. São Paulo: Unesp, 2002.
- BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.
- BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme A. *Curso de filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas, 2001.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1983. v. 1 e 2.
- CALDAS, Carlos. Elementos religiosos em Moby Dick, de Herman Melville: da (re)descoberta da importância da literatura para o estudo da religião. In: Ciências da Religião – História e Sociedade, São Paulo: Mackenzie, ano 2, n. 2, 2004.
- CARLYLE, Thomas. *História da Revolução Francesa*. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1961.
- CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.
- CHIARELLI, Carlos Alberto. *O trabalho e o sindicato: evolução e desafios*. São Paulo: LTr., 2005.
- _____. *Fé e ciência: a(s) criação(ões) do homem*. São Paulo: LTr., [2007]. No prelo.
- CHOMSKY, Noam; MITCHEL, Peter R.; SCHOEFFEL, John (Org.). *Para entender o poder: o melhor de Noam Chomsky*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CÍCERO, Marco Túlio. *Catão, o Velho, ou diálogo sobre a velhice. Introd., trad. e notas de Marino Kury*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- CORSON, Walter H., *Manual Global de Ecologia*. São Paulo: Augustus, 1996. p. 06.

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DURANT, Will. *A história da civilização: idade da fé*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1965. v. IV.

EATWELL, John. A anatomia da crise da previdência. In *Econômica – Revista da Pós Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense*. Vol. 4, nº2, dezembro de 2.002.

FERNANDES; Thaisy Perotto. *Ensaio de arqueologia juslaboral: da Antiguidade aos vapores industriais*. Artigo apresentado em 2/6/2006, na Disciplina de Direito Coletivo do Trabalho, ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Gomes Chiarelli, na Universidade de Caxias do Sul – RS.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1995.

GIORDANI, Mário C. *História da Grécia: Antiguidade Clássica I*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *História de Roma. Antiguidade Clássica II*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOMES, Orlando; GOTTSHALK, Élson. *Curso de Direito do Trabalho*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991. p. 4 e 5.

GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: M. Fontes, 2001.

GRAY, John. *Cachorros de Palha: reflexões sobre humanos e outros animais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recompensa da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

MALTHUS, T. R. *Ensaio sobre população*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 282. (Coleção Os Economistas).

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 33.

MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1997.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento*. São Paulo: Psy II, 1995.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Ed. da Unicamp; Boitempo, 2002.

_____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MELVILLE, Herman. *Moby Dick*. Nova Iorque: Penguin Popular, 1994.

MORIN, Edgar. *O Método: a natureza da natureza* (I). 3. ed. Portugal: Biblioteca Universitária; Publicações Europa-América, 1999.

_____. *O Método: a vida da vida*. (II). Portugal: Publicações Europa-América, 1999.

_____. *As grandes questões do nosso tempo*. 6. ed. Lisboa, Portugal: Notícias Editorial, 1999.

_____. *O paradigma perdido: a natureza humana*. Lisboa, Portugal: Publicações Europa-América, 2000.

_____. *O homem e a morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8. ed. São Paulo: Cortêz, 2002.

_____; KERN, Anne Brigitte. *Terra-pátria*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. 4. ed. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2003

NALINI, José R. *Ética geral e profissional*. 3. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 2001.

_____. *Ética Ambiental*. Campinas: Millenium, 2003. p. 213.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Desemprego mundial cresce a níveis sem precedentes. Boletim, 01 fev. 2007, Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=3051. Acesso em: 29 abr. 2007.

PADOVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luís. *História da filosofia*. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1999.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. Petrópolis: Vozes, 1985.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. Edição Histórica – 10 anos. São Paulo: Makron Books, 2004.

RODRIGUEZ, Américo Plá. *Princípios de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr., 1978.

ROMITA, Arion Sayão. *Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho*. São Paulo: LTr, 2005. p. 389.

SHATTUCK, Roger. *Conhecimento proibido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THUROW, Lester C. *O futuro do capitalismo: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 2 ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 74

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuais: o abuso das ciências pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VÁZQUEZ; Adolfo Sanchez. *Ética*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 12. (Apud NALINI, José R. *Ética geral e profissional*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 36).

VIANNA, Segadas; MARANHÃO, Délio; SÜSSEKIND, Arnaldo; TEIXEIRA, Lima. *Instituições de Direito do Trabalho*. 21. ed. São Paulo: LTr., p. 31 e 35. v. 1.

VIZENTINI, Paulo F. O descompasso entre as nações. In: SADER, E. (Org.). *Mestres explicam a globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Coleção Os Porquês da Desordem Mundial).

WOLF, Francis. Quem é bárbaro? In: NOVAES, Adauto (Org.). *Civilização e barbárie*. Companhia das Letras, 2004. p. 19-43.

WOOD, Ellen M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)